



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS DA LINGUAGEM

AMANDA SILVA DO NASCIMENTO

Uma voz subversiva, um corpo liberto: a construção identitária da figura feminina em *Muito Além do Corpo*, de Luzilá Gonçalves Ferreira

Recife

2022

AMANDA SILVA DO NASCIMENTO

Uma voz subversiva, um corpo liberto: a construção identitária da figura feminina em *Muito Além do Corpo*, de Luzilá Gonçalves Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares da Linguagem
Linha de Pesquisa: Análises Literárias, Culturais e Históricas

Orientador: Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes

Recife

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- N244v Nascimento, Amanda Silva do
 Uma voz subversiva, um corpo liberto: a construção identitária da figura feminina em Muito Além do
Corpo, de Luzilá Gonçalves Ferreira / Amanda Silva do Nascimento. - 2022.
 79 f.
- Orientador: Iedo de Oliveira .
 Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Linguagem, Recife, 2022.
1. Luzilá Gonçalves. 2. Corpo subversivo. 3. Construção identitária. 4. Muito Além do Corpo . I. , Iedo de
Oliveira, orient. II. Título

AMANDA SILVA DO NASCIMENTO

Uma voz subversiva, um corpo liberto: a construção identitária da figura feminina em *Muito Além do Corpo*, de Luzilá Gonçalves Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes (Orientador)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo
(Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Piauí

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deusa cuidadora e protetora da Terra, que tanto iluminou a minha mente neste processo de escrita, sobretudo em um momento tão doloroso, como este pandêmico.

A todos os seres de luz que estão ao meu lado, que quando menos acredito que vou conseguir, eles decidem alimentar a minha alma soprando palavras de força e ânimo.

À minha mãe que sempre se esforçou para me ver feliz e avançando nos estudos. Este escrito é, especialmente, para você, uma mulher forte, que tanto lutou para vencer na vida ao sair do sertão, ainda tão nova, e que segue superando todos os percalços que surgem em seu caminho.

À minha irmã que tanto me exalta com suas palavras de carinho e estímulo. A pessoa que já me chamava de mestra, antes mesmo de eu saber o resultado da seleção. Essa também é para você, uma mulher destemida e que tenho total certeza de que irá muito longe.

Ao meu companheiro dessa intensa e misteriosa viagem, chamada vida, Heleno, uma das pessoas que mais acredita em mim neste planeta. A sua crença em mim impulsiona o meu corpo a ir em frente. Obrigada por existir, por ser poesia e amor em forma de gente. Ao meu pai, que do seu jeito fez o melhor que pode e que tudo que sou é fruto da educação que me deu. Obrigada por tudo. Eu te amo.

À grande amiga que a Rural me deu, Andresa, sempre atenciosa e com as palavras certas para abrilhantar o meu dia. Obrigada pela sua amizade e por tanto afeto.

Ao meu orientador, que segue quebrando as barreiras e contribuindo com a ampliação do espaço da mulher escritora na Academia.

Às minhas antepassadas que sofreram com o estigma de serem mulheres em um tempo em que o único espaço que tinham vozes era o doméstico. Dotadas por posturas recatadas e submissas, sem direitos, apenas deveres. Espero que esse escrito cure um pouco as feridas que ultrapassaram os tempos, e que tudo que aqui for dito vire semente e flor no coração das mulheres que se depararem com o meu ato de dissertar.

Agradeço a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram com a construção desse escrito.

Agrdecida sou e sempre serei, por tudo que o Universo me possibilita viver.

Muito obrigada.

“No fundo do abismo sempre há terra firme, o bastante para que se possa tomar pé, dar o impulso para o alto, que nos devolverá à superfície, onde respirar.”
(FERREIRA, 2016, p. 48.)

“[...]Todos ficaram a saber que afinal a deusa era uma mulher banal e o divino residia no seu manto de diamantes. Descobriram ainda que era feita de fragilidade e tinha a humildade de uma criança. Os homens sitiaram-na. Roubaram-lhe o manto e derrubaram-na. Tomaram o seu lugar no comando do mundo, condenando todas as mulheres à miséria e à servidão.” (CHIZIANE, 2008,p. 220.)

“Mas já que se há de escrever, que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas.” (LISPECTOR, 2018, p. 232.)

RESUMO

Esta dissertação tem como foco a construção da personagem feminina na obra *Muito Além do Corpo*, da escritora pernambucana Luzilá Gonçalves Ferreira. Para realizar esta investigação, buscou-se, primeiramente, traçar o percurso identitário da personagem, que a partir de suas próprias reflexões e experimentação de mundo, define o que lhe é favorável ou não, para a sua liberdade. Este trabalho tem o intuito de analisar a corporalidade da personagem, aproximando-lhe da ideia de corpo liberado. Para tal, utilizamos como embasamento teórico *Que Corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* (2021), de Elódia Xavier, *Histórias Íntimas, sexualidade e erotismo na história do Brasil* (2011), de Mary de Priore, *Calibã e a Bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), de Silvia Federici. Além de nos determos em Michel Foucault (1987), Simone de Beauvoir (1967), Bourdieu (2002); fazendo um levantamento histórico e social da questão corporal na sociedade. Para tratar do feminismo, nos valem de *Maria Amélia de Almeida Teles* (1999), Constância Duarte (2009), Woolf (2014) entre outros nomes não menos importantes. Também utilizamos Judith Butler (2003), Stuart Hall (2006), Zygmunt Bauman (2001) e Antony Giddens (2002) para explicar sobre a questão identitária. A partir dessas e de outras bases teóricas, buscamos apresentar a construção histórica e social da forma corporal feminina na sociedade. Observando também como a construção identitária da personagem se volta no sentido contrário do esperado pelo escopo social imerso em ideais masculinistas.

Palavras-chaves: Luzilá Gonçalves. Corpo subversivo. Construção identitária. *Muito Além do Corpo*.

ABSTRACT

This dissertation have focus on the construction of the female character in the book *Muito Além do Corpo*, by Pernambuco writer Luzilá Gonçalves Ferreira. To carry out this investigation, we sought, first, to trace the path of construction character's identity, which based on their own reflections and understanding of the world, defines what is favorable or not for your well-being and freedom. This work aims to analyze the corporeality of the character, bringing him closer to the idea of a liberated body. For this we will use as the main theoretical basis What Body is this? The body in the feminine imagination (2021), by Elódia Xavier, Intimate Stories, sexuality and eroticism in the history of Brazil (2011), by Mary de Priore, Caliban and the Witch, women, body and primitive accumulation (2017), by Silvia Federici. In addition to focusing on Michael Foucault (1987), Simone de Beavoir (1967), Bourdieu (2002); making a historical and social survey of the body issue in society and how the mind/body dichotomy contributed to the separation of man/woman in a negative way. To deal with feminism, Maria Amélia de Almeida Teles (1999), Constância Duarte (2009), Virginia Woolf (2014) among other no less important names. From these and other theoretical bases, we will seek to present the historical and social construction of the female body in society and how the character's body in the aforementioned work is endowed with a liberated body. Observing also how their identity construction turns in the opposite direction of what is expected by the social scope by the social scope immersed in masculinist ideas.

Keywords: Luzilá Gonçalves Ferreira. Subversive body. Identity construction. Far beyond the body.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS.....	10
1 LITERATURA E FEMINISMO: apontamentos sobre a história do feminismo no Brasil.....	14
1.1 O Feminismo: uma concisa explanação.....	22
1.2 As ondas da liberdade feminina	25
2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO DO CORPO FEMININO E A IDENTIDADE.....	36
2.1 O corpo feminino nos escritos literários	45
2.2 A questão da identidade.....	53
3 “MUITO ALÉM DO CORPO”: uma escrita pernambucana e uma análise da corporalidade feminina.....	57
3.1 Análise de uma corporalidade feminina.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	76

PRIMEIRAS PALAVRAS

Este trabalho, situado no âmbito da Literatura de Autoria Feminina, busca perscrutar a respeito do empoderamento adquirido pela protagonista do livro *Muito Além do Corpo*, de Luzilá Gonçalves Ferreira, uma escritora pernambucana que vem desconstruindo estereótipos criados em torno da identidade feminina. Ela rompe com o que está imposto socialmente e reconstrói o espaço e o significado da mulher, através de suas personagens femininas, transgressoras, protagonistas de suas vidas e da História do país.

O objetivo é aprofundar nosso entendimento sobre a importância da obra para reflexão e questionamento das corporalidades femininas e suas identidades. Pretendemos por meio de uma leitura minuciosa e crítica, fazer uma seleção de trechos que mais nos despertaram a atenção e indagação. A nossa análise utiliza uma compilação de fragmentos para identificar, por meio de um embasamento teórico, a identidade e o corpo feminino na literatura e na sociedade. Observamos como a personagem feminina rompe com a ideia de mulher subserviente, desconhecadora do próprio corpo; mulher que se anula em prol do esposo e filhos, garantindo a si uma identidade que se reconstrói com o passar do tempo. Uma figura que entende como a vida de uma mulher não depende do marido, mas de sua própria experimentação de mundo, que ocorre através de seu corpo, simbolicamente, uma ponte que a leva à constituição identitária de uma nova mulher, tanto para uma análise no campo literário quanto no social.

Este estudo se faz relevante para conhecermos um livro ainda pouco investigado na Academia e aprofundarmos a compreensão a respeito de uma escritora nordestina, que tanto vem contribuindo para rompermos com o espaço de subalternidade da figura feminina na Literatura e na História. Através dessa perscrutação, ampliamos nosso espaço de visão a respeito da indispensabilidade de questionarmos os dogmas construídos ao longo das épocas, sejam eles de doutrinas religiosas, políticas entre outros.

Muito Além do Corpo, publicado em 1988, foi o primeiro livro da ficcionista, que lecionou por muitos anos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e também é integrante da Academia Pernambucana de Letras. Essa obra a fez ganhar no mesmo

ano o prêmio Nestlé de Literatura. Em 2016, foi relançado pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). A obra desconstrói ideias do sistema patriarcal e cria uma nova imagem do feminino.

Para essa análise utilizamos Elódia Xavier, com seu livro *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* (2021), que apresenta uma discussão tipológica significativa sobre os corpos no campo literário. Também usamos *A Dominação Masculina* (2002), de Pierre Bourdieu, como o próprio nome sugere, ele busca escancarar não só as relações de soberania masculina perante a mulher, mas também apresentar o conhecimento sobre essas estruturas consolidadas sem nenhum fundamento que as façam ser dominadoras. O patriarcado segue estável sem justificativa para a sua existência. Nesta sociedade chefiada por homens, encontramos a violência simbólica, desde gestos, palavras, e isso em todas as instituições que integram a sociedade falocêntrica.

O Segundo Sexo: a experiência vivida (1967), de Simone de Beauvoir, que em suma, busca evidenciar a penosa condição feminina em espaços tão ínfimos da sociedade. Retrata como a sociedade constrói os valores e o que significa ser feminino. No decorrer de sua obra, a escritora provoca uma reflexão sobre a desconstrução do que está posto e destinado à mulher. Entendemos como uma busca pela reflexão sobre a condição feminina na sociedade, após essa inquirição e a tomada de consciência, é possível inferir sobre formas de alcançar a libertação e de transgredir o que induz a mulher à posição de indivíduo inferior, o *Outro*. Nos valem também de *Corpos Reconfigurados* (2000), de Elizabeth Grosz, em que relata a constituição do corpo do ponto de vista histórico e filosófico, explanando como a filosofia buscou explorar a razão, a mente, voltando-se para questões primárias e excluindo a feminilidade, vinculando a desrazão ao corpo. Foi construída uma ideia dicotômica entre corpo e mente, criando desse modo uma polarização e hierarquização, na qual encontramos de um lado os privilegiados e do outro os subordinados. Grosz explicita como o movimento feminista aceitou, acriticamente, as ideias filosóficas postas ao longo dos tempos.

Sobre o ponto identitário, utilizamos bases teóricas, como Stuart Hall (2006), Zygmunt Bauman (2001), Antony Giddens (2002) e Judith Butler (2003). Esses teóricos apresentam uma importante discussão, cada um a seu modo, em torno da influência da sociedade na constituição identitária e como não mantemos identidades fixas ao longo de nossa trajetória. Somos seres passíveis de mudança e a protagonista da obra analisada será um exemplo das modificações pelas quais passamos.

A respeito da ordem de explanação e análise de nossa escritura, primeiro falamos sobre a história do feminismo e todas as fases que compõem esse movimento de importância indiscutível para a quebra das amarras femininas do sistema, que negligencia e ceifa a vidas das mulheres diariamente, seja de maneira literal ou não. Para esse ponto de nosso escrito utilizamos Constância Lima Duarte (2009), Nísia Floresta (2010), Virginia Woolf (2014) entre outros nomes que acrescem a nossa discussão e reforçam as ideias de sujeição feminina e a necessidade da luta e a quebra das barreiras falocêntricas constantemente. Abordamos sobre o que se trata o Feminismo e as ondas desse movimento.

Em seguida, apresentamos a escritora Luzilá Gonçalves Ferreira, autora do livro escolhido para esta análise. Ela tem nos agraciado com obras que apresentam figuras femininas que não se enquadram em padrões injustificáveis. Dona de palavras subversivas e de uma estética ímpar, a escritora segue comprovando que as palavras realmente podem nos libertar das algemas patriarcais.

No tópico seguinte, explanamos a respeito do corpo feminino ao longo da história, trazendo um embasamento teórico que sustenta o que queremos defender: o corpo da mulher foi subjugado pelo Patriarcado. Inferiorizado pelo campo biológico, situação que corroborou com o homem, que fez a mulher acreditar que a submissão foi um desígnio divino, por isso precisamos retirar os entraves do percurso, impor nossa voz para conseguir alargar espaços que antes eram tidos como lugares estritamente masculinos.

Depois expomos acerca da construção e reconstrução identitária, uma vez que temos a capacidade de nos metamorfosear com o tempo e o contato com o meio social. Para tratar dessas identidades não estáticas, utilizamos nomes como Anthony Giddens (2002), Stuart Hall (2006), Zygmunt Bauman (2001) e Judith Butler (2003).

Após o breve comentário sobre a questão identitária, iniciamos com a análise dos fragmentos do livro. Foram selecionados os trechos mais marcantes de nossa leitura para analisar a reconstrução identitária da personagem feminina e como o corpo dessa mulher foi ponte para o seu desenvolvimento ao longo da narrativa. Para essa análise utilizamos a obra de Elódia Xavier, *Que Corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* (2021); *Coisa de Menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo* (2019), de Maria Homem e Contardo Caliligraris entre outras bases teóricas.

Na conclusão apresentamos uma reflexão sobre a postura das corporalidades femininas na sociedade e a importância do questionamento sobre o que a instituição falocêntrica espera de nossos corpos e atos. O enfrentamento feminino é fundamental

para ultrapassar a linha da misoginia, do machismo, da ideia que foi plantada no escopo social – de que o corpo feminino é público e passível de palpites por parte de qualquer indivíduo que deseja comentar como e de que modo a mulher deve conduzir sua corporalidade. Todavia, só a mulher tem o poder de decisão sobre o que fazer com seu corpo, por isso esperamos que esse escrito reverbere e faça semente nos corações, não só femininos, plantando novas ideias que envolva a liberdade das mulheres de guiar seus corpos e de expressar suas opiniões sem ter as suas vozes emudecidas.

1. LITERATURA E FEMINISMO: apontamentos sobre a história do feminismo no Brasil

As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas. As glórias de todas as nossas guerras seriam desconhecidas.
(WOOLF, 2014, p. 30)

A partir de um levantamento sobre a historiografia do Brasil, nos deparamos com uma realidade de exploração e injustiça social desde seu princípio, uma vez que foi usado para abastar países europeus. Um país espoliado, e suas mulheres abusadas e raptadas pelos saltadores. As indígenas foram obrigadas pelos colonizadores a desempenhar as funções de reprodutoras, concubinas e empregadas domésticas. Submetidas ao poder que vinha de além-mar, perderam sua identidade e religiosidade. Tornaram-se escravas do sistema patriarcal “abençoado” pela Igreja Católica, que reforçava todos os ideais do que seriam as “boas mulheres” para uma sociedade que emudece o gênero feminino.

De acordo com as leituras feitas em Maria Amélia de Almeida Teles, em seu livro *Breve História do Feminismo no Brasil* (1999) percebemos que poucas moças, do topo da pirâmide social, que tinham coragem de atravessar o continente, eram direcionadas ao casamento e aos serviços domésticos, uma vez que o homem dominava a conjuntura social; a mulher não tinha o direito de escolher seu próprio esposo. Elas eram direcionadas à passividade diante dos desmandos masculinos. Aprendiam apenas a cozinhar e costurar, a leitura e a escrita eram atividades vistas como masculinas. No século XVII, mais, especificamente, na cidade de São Paulo só existiam duas mulheres que sabiam assinar o próprio nome. Nesse período era a Igreja Católica que prestava serviços educacionais, e como estava de acordo com os princípios patriarcais, as mulheres eram excluídas desses serviços oferecidos pela Igreja.

Nos tempos coloniais, as mulheres eram educadas para viver em função dos homens, sejam esses pais, esposos ou tutores, elas deviam-lhes obediência e essa era a única maneira, segundo o sistema misógino, de uma mulher encontrar o caminho da retidão e a realização pessoal. A Igreja foi uma aliada nesse processo de coerção feminina, ao qualificar qualquer fuga dos princípios do Patriarcalismo, como pecado e, que segundo Emanuel Araújo (1997, pág. 37) buscava “abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo

social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas”. Os homens eram enxergados como indivíduos superiores fisicamente e intelectualmente, e por isso as mulheres deveriam ser submissas. Desde a história de Adão e Eva, em que a mulher foi colocada como a detentora de toda maldade, e o homem, o ser que emana pureza, enganado pelo gênero feminino. A mulher foi correlacionada à carnalidade, e o homem à intelectualidade; essa aproximação da mulher à forma material e a tudo que emana falsidade e pecado está redigida em muitas passagens bíblicas, que contribuem para a permanência do apogeu patriarcal. Vejamos o que é explicitado no livro *Martelo das Feiticeiras*, de Kramer e Sprenger (1997):

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepçiona e mente. Pois diz Cato “ Quando uma mulher chora, está a urdir uma cilada. (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 116.)

Ao longo dessa escritura, vamos perceber como os trechos do texto bíblico são utilizados para inculcar a ideia de que a mulher é inferior aos homens, e dotada de uma fragilidade e maldade que a aproxima das superstições, misticismos e consequentemente associação à bruxaria, pois como sabemos muitas mulheres ao longo da história foram jogadas à fogueira, por manusearem ervas, obter funções de curandeiras, parteiras, por construírem espaços comunitários e de não submissão aos princípios católicos. Observemos o que os religiosos apontam mais a frente Kramer e Sprenger (1997):

Em conclusão. Toda bruxaria tem origem na cobiça carnal, insaciável nas mulheres. Ver Provérbios 30: “Há três coisas insaciáveis, quatro mesmo que nunca dizem: Basta!” A quarta é a boca do útero. Pelo que, para saciarem a sua lascívia, copulam até mesmo com demônios. Poderíamos ainda aditar outras razões, mas já nos parece suficientemente claro que não admira ser maior o número de mulheres contaminadas pela heresia da bruxaria. (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 121.)

Segundo essa colocação, a mulher se associa facilmente com a visão de demônio, consequentemente, gera a bruxaria que é disseminada para os homens, estes possuem a retidão, que é quebrada pelo gênero feminino. Foram e ainda são discursos como esses que promovem o trancamento de atitudes e de vozes femininas. Reparem como as instituições que compõem o sistema vigente, como a Igreja, perpetua a misoginia, a inferioridade injustificável imposta à mulher. Ao colocar o homem como o centro da sapiência e de todas as qualidades notáveis em um ser humano, é afastada

qualquer ideia de igualdade entre os gêneros dentro de suas diferenças. Segundo Antje Schrupp (2019):

A equiparação de Adão com o homem já mostra, no entanto, onde está o problema: em muitas culturas os homens são confundidos com o ser humano em si. Algumas línguas têm até mesmo apenas uma palavra para ambos (*homme* em francês, por exemplo). Os homens representam, portanto, os “seres humanos em si”, enquanto as mulheres são consideradas seres de alguma forma derivados, deficitários, subordinados. (SCHRUPP, 2019, p. 4.)

Os homens receberam o privilégio de simplificar todos os outros indivíduos, retirando a demanda de serem citados por nomes específicos, que os reconheçam em suas diferenças e ao mesmo tempo que não os coloquem na zona da inferioridade e muito menos da culpabilidade; como ocorreu às mulheres que foram direcionadas para o caminho da culpabilização, e criou-se a absurda ideia de serem controladas e dependentes dos homens. Isso posto como justificativa para evitar os “desvios femininos” como a indecência e o despudor, que segundo os princípios masculinistas são características da figura feminina. De acordo com Emanuel Araújo (1997):

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predispunha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados e conferidos por Satanás. (ARAÚJO, 1997, pág. 39.)

As mulheres que ousavam se opor aos desmandos do escopo social, eram identificadas como bruxas, indivíduos que deveriam ser combatidos da sociedade, porque estavam associadas ao Diabo. A mulher não poderia expressar desejos carnavais, ela precisava ser uma figura amorfa, passiva e domesticada. Impunha-se essa situação, porque a mulher carregava, sob a perspectiva da Igreja, a culpa do pecado original. Como bem encontramos em Araújo (1997):

Ela também carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada. (ARAÚJO, 1997, p. 40.)

A mulher sofria um condicionamento sexual pela sociedade colonial, o que empurrava muitas a aceitarem com subserviência uma vida escolhida pelos seus pais, esposos, tutores, um destino de castidade e servidão construído através de fábulas contadas e recontadas pela família, Igreja e todos que tinham interesse em manter a

estrutura social firme e tomada por mulheres receosas de se colocarem frente a própria vida. Beavouir (1967):

As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios, como vimos pelas frases citadas de Aristóteles e Sto. Tomás. Desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas. (BEAVOUIR, 1967, p. 16.)

As mulheres, as que mais frequentavam os espaços religiosos, recebiam diversos sermões, inclusive sobre a necessidade da castidade e do recato. Uma maneira de manter as mulheres controladas, já que se elas descobrissem seus próprios prazeres, se distanciariam da construção contida e reservada oferecida ao gênero feminino. Sobre a questão da castidade, Woolf (2014) comenta que:

A castidade talvez seja um fetiche inventado por algumas sociedades por razões desconhecidas –, mas não obstante inevitável. A castidade tinha então, e tem ainda hoje, uma importância religiosa na vida da mulher, e está de tal forma encoberta por preocupações e instintos que libertá-la e trazê-la à luz demanda uma coragem das mais incomuns. (WOOLF, 2014, págs. 38/39.)

De outra maneira, a castidade feminina foi mais um caminho encontrado entre o sistema patriarcal e as instituições que compõem essa conjuntura, para manter a mulher aprisionada à condição de inexperiente e frágil, porque os homens preferem as mulheres castas, dão-lhes a impressão de deter maior domínio sobre suas presas e infelizmente, ainda nos deparamos com homens que separam as mulheres em duas classes: as que são para o casamento, e as do divertimento. Maria Homem (2019) afirma que,

Estaremos numa matriz edípica radical, então? Isto é, na fantasia edípica masculina clássica, o lugar do materno seria o da pureza e, em última instância, o da assexualidade. Lembremos do arquétipo da Virgem Maria Mãe de deus, no qual só se pode ser mãe sendo virgem. O que, lembremos, é um contrassenso. Uma mentira, pura e simples. Em termos técnicos, uma fantasia inconsciente. (HOMEM; CONTARDO, 2019, p. 65.)

Vejamos que a mulher para ser esposa e mãe é associada ao ideal divino, a uma castidade ilusória, afastando a mulher da experimentação do mundo. Dela usurpando a oportunidade que a levaria a se conhecer e se reconhecer dona de uma identidade que não se curva aos princípios masculinistas. Impõe-se destacar que o silenciamento promovido pela sociedade dominada por homens não foi suficiente para calar a voz de mulheres que participaram de alguma maneira da história do país. Durante o Brasil Colônia, muitas foram as figuras femininas que contribuíram com a construção do país, embora relegadas, deixadas à margem da construção histórica.

Mulheres como Chica da Silva, Dona Beja, Marília de Dirceu entre outras, impelidas para as sombras do reconhecimento na narrativa histórica, porque a história seguiu uma fábula masculina e eurocêntrica. Como se a voz masculina fosse imperativa e capaz de englobar todas as outras vozes: crianças, mulheres, negros, homossexuais. São homens falando de mulheres, consequentemente, alocando os feitos femininos no campo do esquecimento. Pelas palavras de Heleieth Saffioti (1987):

É preciso atentar, porém, para os diferentes significados da história. Do ponto de vista das classes sociais, podem-se distinguir, basicamente, dois sentidos da história: o das classes dominantes e o das classes subalternas. Do ângulo das categorias de sexo, as mulheres, ainda que façam história, tem constituído sua face oculta. A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico. Isto não se passa apenas com mulheres. Ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, índios, homossexuais. (SAFFIOTI, 1987, p. 11.)

Quer dizer, as mulheres juntamente a outras minorias sofrem com o processo de apagamento histórico pelo sistema patriarcal, que eleva a figura do homem branco, de posses, heterossexual, com discursos religiosos e patriotas. Mas como pretendemos seguir pelo caminho que é esquecido da história geral, citamos vidas de mulheres negras, símbolos de resistência, como a de Aqualtune, filha do rei do Congo, foi uma das fundadoras do Quilombo de Palmares, comandou uma tropa com mais de 10 mil soldados, para defender seu reino na África. Dandara que depois de muito lutar, preferiu se suicidar do que retornar para condição de escrava. De acordo com as leituras feitas em Teles (1999) destacamos a negra Zeferina que em 1826 comandou os negros do Quilombo do Urubu contra os ataques dos capitães do mato. Ainda sobre a luta feminina através dos tempos, Teles (1999) comenta que,

Durante a invasão holandesa ao Brasil, no século XVII, as mulheres tiveram de se defender sozinhas, na região do Tijucopapo. Com o expediente de jogar água fervendo encosta abaixo, puseram os holandeses em fuga. Uma delas, Maria Ortiz, morava na ladeira do Pelourinho. A índia Clara Camarão, nessa campanha contra os holandeses, empunhou armas juntamente com o marido. (Em salvador na hora do almoço, enquanto os homens comiam, as mulheres baianas lutavam contra os holandeses. Os europeus diziam; “ O baiano ao meio-dia vira mulher.”) (TELES, 1999, p. 24.)

De outro modo, as mulheres tinham um papel fundamental nas lutas contra a invasão holandesa, nas batalhas de resistência. Sem elas provavelmente a história não seria como se sucedeu, mas elas carregam o triste fardo da resiliência, submissão e fragilidade impunhada pelos homens que ditam as regras e dominam o *Outro*, que nesse caso, é a mulher. Mais um destaque importante é o de Maria Quitéria, uma baiana que

em pleno ano de 1792, saiu de casa, vestiu-se de homem e decidiu lutar contra as tropas portuguesas. Inclusive recebeu de D. Pedro I a honraria dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro.

No Brasil Império, as mulheres seguiam destinadas às prendas domésticas, as poucas escolas existentes não permitiam que avançassem nos estudos. Ao gênero feminino, seguia como melhor e único destino, o casamento arranjado, tornando-se mãe e esposa. A respeito dessa questão educacional feminina, Teles (1999) aponta que,

O número de escolas para meninas era inferior ao de escolas para meninos (no Rio de Janeiro, na metade do século XIX, havia 17 escolas primárias para meninos e apenas 9 para meninas). Situação semelhante encontramos na rede de ensino particular. Quanto ao ensino superior, o ingresso da primeira mulher se deu apenas no Brasil apenas em 1881. Mas somente em 1887 se graduava a doutora em medicina Rita Lobato Velho Lopes. (TELES, 1999, p. 28.)

Por outra forma, a mulher era impedida de ter acesso à educação, uma vez que essa era a única maneira de libertação que elas poderiam alcançar. Sem instruções, não questionariam o sistema impositivo patriarcal. Foi com o advento da industrialização que a sociedade brasileira apresentou sinais de transformação. Houve interesse em implantar a mão de obra assalariada, a proclamação da República, e assim, surgiram novos formatos para a economia, política e conseqüentemente para as ideias femininas. Com a chegada do movimento abolicionista, algumas mulheres se organizaram em grupos, para defender o fim da era escravocrata. Em Recife, citamos o grupo Ave Liberta, criado em 1884, movimento abolicionista que contribuiu para que as mulheres ganhassem força e espaço para discursar.

Uma das primeiras feministas, Nísia Floresta foi uma figura significativa na busca pela emancipação feminina e pelo fim da escravidão. Nasceu em 1809, no Rio Grande do Norte, mas por não ser compreendida em seu país, partiu em direção à Europa, mais especificamente, França. Suas ideias eram muito inovadoras, e o Brasil ainda precisava se desenvolver bastante em questões, como a política e o social. No campo das letras, não podemos esquecer de citar Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, nordestina, que escreveu o livro *Úrsula* (1859), considerado o primeiro romance abolicionista da história.

Outra questão relevante, é a influência dos jornais para a luta feminina. Acompanhando as palavras de Teles (1999), o Brasil foi o país latino-americano que mais se destacou no jornalismo feminista. Esses jornais foram instrumentos de denúncia da dura pena feminina. Eles questionavam e buscavam apoio entre as mulheres da sociedade; como o jornal *Sexo feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta

Diniz, os escritos desse veículo de comunicação, tentavam falar diretamente às mulheres; procuravam despertar a consciência, a identidade de cada mulher que os lessem. Francisca Senhorinha, embora buscasse a fuga das mulheres da ignorância, foi um exemplo de como a religião exercia poder sobre as mulheres, ela era uma adepta do catolicismo e falava em “natureza feminina”. Como lemos em Bárbara Figueiredo Souto (2016):

Ela reforçou a noção de “natureza feminina”, ou seja, havia determinadas habilidades, responsabilidades e dons específicos do sexo feminino. Para a redatora, as mulheres deveriam exercer, com muito empenho, a função materna e o matrimônio, além de praticar, pelo bem da sociedade, sua bondade, sua caridade e os dons de educadora da humanidade. Tais concepções faziam parte do discurso do Estado e da Igreja. (SOUTO, 2016, p. 106.)

Isso não diminui a sua luta, mas reforça o poder das instituições sobre as mulheres na sociedade. Já Josefina Álvares de Azevedo foi uma mulher feminista que não aceitava a chefia masculina no ceio familiar, defendia o voto feminino; dirigiu o jornal *A Família*, surgido em 1888, com o objetivo de levar esclarecimentos sobre a condição feminina. Ou seja, a história do jornalismo no Brasil se cruza com o levante feminino. A voz das mulheres precisava ecoar pelas cidades, e os jornais eram os meios que conduziam essa reivindicação.

Partindo em direção ao Brasil República, nos deparamos com mulheres exploradas nas fábricas e nos lares, recebendo menos que os homens, e apesar de lutar pelos mesmos direitos trabalhistas, sempre laboravam mais e recebiam menos. Todavia, muitos movimentos surgiram tentando transformar a condição social e trabalhista feminina. A partir de as leituras de Teles (1999) os tecelões da fábrica de São Bento entraram em greve e três operárias assinam um manifesto sobre os abusos patronais em um jornal chamado *Terra Livre*. Com isso, os homens conseguiram a redução de trabalho para oito horas, enquanto as mulheres precisariam trabalhar nove horas e meia.

Como se vê o caminho feminino sempre foi árduo, exigindo persistência, porque os homens seguiam sendo favorecidos até mesmo com a luta feminina. Foram muitos os movimentos em prol da causa, buscando a emancipação e as melhores condições de trabalho feminino. No ano de 1910, uma professora chamada Deolinda Dalho, criava um partido feminino, que tinha como intuito lutar para que os cargos públicos fossem ocupados sem distinção de sexo. Em 1917, operárias de uma fábrica de São Paulo paralisaram seus trabalhos, contribuindo com a greve geral, e apesar da repressão sofrida, conseguiram a incrementação de uma lei que impedia as mulheres de desempenharem o trabalho noturno. O período da Primeira República foi intenso.

Houve a criação da Liga da Emancipação Internacional da Mulher, a Semana de Arte Moderna, a fundação do partido comunista; o declínio de um período marcado pela força dos coronéis entre outras situações que contribuíram para transformação da sociedade brasileira.

Durante a Segunda República, as mulheres não só lutavam pela igualdade, como também pela democracia, pela carestia da vida, contra o Nazifascismo; pelos negligenciados que acabavam despejados de suas casas. A luta era a favor de todo um país, refém do golpe de Estado, ocorrido em 1937. Em 1947, surge a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), que buscava ampliar as ações femininas, através do debate sobre seus direitos e desejos. Sobre a importância desses movimentos para todo contexto brasileiro, Teles (1999, p. 51), diz que “As mulheres se destacaram na luta pela anistia, pela democracia, pela defesa de nossas riquezas, sempre ameaçadas pela expansão do imperialismo, e em prol da paz mundial, tendo até mesmo se realizado em 1954, uma conferência sobre os direitos da mulher na América Latina”.

Já na terceira república, nos deparamos com o golpe militar de 1964, que levou o país para um colossal retrocesso. Muitas mulheres foram persuadidas pelas instituições que servem ao sistema patriarcal para trabalhar ao lado dos conservadores na derrubada de João Goulart, mulheres que depois foram silenciadas. Nesse período também ocorre o desenvolvimento industrial. O capitalismo está cada vez mais em apogeu, muitos indivíduos migram do campo para os centros urbanos, ampliando as periferias, conseqüentemente, a desigualdade, miséria e a violência. As mulheres começam a ocupar de forma mais nítida os espaços fabris, por serem vistas como seres obedientes, frágeis e mão de obra de menor valor. Nessa época, a maioria das mulheres não eram encaradas plenamente como cidadãs, e a figura superior da família e das fábricas, continuava nas mãos dos homens.

No final dos anos 70, ocorre uma intensa mobilização social em busca de transformações, novas práticas sindicais surgem, a luta vai além das questões trabalhistas, como o combate à extrema miséria que assola os centros urbanos. Grupos sindicais, populares, de trabalhadoras, feministas se unem em busca de soluções para modificar a condição de vida e a separação sexual no ambiente de trabalho.

As trabalhadoras rurais também colaboram com a luta feminina, diferentemente, do que se pensava, não existe uma barreira entre seus espaços domésticos/privados e profissionais/públicos. Elas se reuniam em grupos para debater sobre a condição de vida, o flagelo da seca. Reivindicavam seus direitos como cidadãs. A união das mulheres da zona rural à urbana foi fundamental nas batalhas travadas contra um sistema que

limitou e, tenta limitar a mulher ao espaço doméstico e da condição de procriadora, dando destaque e plena cidadania apenas ao homem. Todas as conquistas femininas foram conseguidas através de persistência, força física e mental, nada foi ofertado por escolha ao Patriarcalismo. Tudo que somos, todas as escolhas que podemos fazer hoje, é fruto do sofrimento e luta de mulheres que nos antecederam.

Diante disso, precisamos libertar as mulheres do pensamento injustificável de que são inferiores. Nenhuma mulher deve se curvar aos homens, e não estamos falando de promover um conflito contra o gênero masculino, mas possibilitar que todos possam viver em igualdade de direitos e deveres. Foi por essa busca que tantas mulheres lutaram e seguem lutando, para recuperar tudo aquilo que delas foi espoliado. Para tal, é necessário apresentar o Feminismo e toda a sua importância para a libertação feminina.

1.1 O Feminismo: uma concisa explanação

Muitas vezes escutamos de mulheres que o feminismo não tem relevância, que não passa de um movimento contrário aos homens, ou que são mulheres que querem ser como os homens. São pessoas que disseminam os discursos que o sistema Patriarcal deseja que elas reverberem, e que tenhamos mulheres que se enxergam como adversárias, e não com sororidade.

Seguindo o viés revolucionário, o Feminismo é um movimento que busca o fim do sexismo, compactuado até por muitas do gênero feminino, isso ocorre devido ao domínio masculino, que direciona o modo como cada instituição deverá abordar os temas sociais, sobretudo aqueles que dizem respeito às questões de gênero, que são suprimidos à igualdade de oportunidades e salários no mercado de trabalho, como se o sexismo não estivesse presente e não fosse necessária sua discussão. bell hooks (2018, p. 13) explana que “Dito de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Mais à frente ela comenta sobre a luta das feministas reformistas e revolucionárias, ao dizer que,

Desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante. (HOOKS, 2018, p. 14.)

Reforçando nossa ideia sobre essa questão, a mídia é uma das colaboradoras do patriarcado e, por isso, não abre espaço para a apresentação de um feminismo que busque quebrar os princípios de um sistema excludente e misógino. Aceitar a redução da luta feminista, estritamente, à igualdade de direitos foi descomplicado para a conjuntura, diante das dificuldades econômicas que assolavam os países, o que gerava a necessidade de mão de obra com salários tacanhos.

Já Cinzia Arruda, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) falam sobre o feminismo liberal, aquele que serve para a sustentação do neoliberalismo e que leva a sociedade a acreditar em uma meritocracia descabida, sobretudo na realidade brasileira, detentora de uma desigualdade social ampla. Nesse tipo de feminismo, são exploradas imagens de mulheres que alcançam os cargos mais altos no meio empresarial e a partir dessas histórias é levantado o discurso de que todas podem alcançar seus objetivos, basta lutar. Mas se olharmos as origens dessas mulheres ricas e bem-sucedidas usadas para propagar esse tipo de discurso, veremos que elas não nasceram em ambientes violentos e negligenciados, mas que tiveram todas as oportunidades escancaradas para alcançarem suas metas, situação que equivale a uma pequena parcela da sociedade. A maioria das mulheres não possuem condições e oportunidades de acessar uma educação de qualidade e de chegar ao mais alto cargo de uma organização, muitas delas estão nas cozinhas da pequena parcela das mulheres que ocupam um alto posto social. As autoras comentam que,

A grande mídia continua a equiparar o feminismo, em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. Centrado no Norte global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. (ARRUDA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 22.)

O feminismo que as teóricas compactuam é aquele que se volta para as questões ambientais, sociais, que englobe o maior número de indivíduos e que não esteja preso a uma realização profissional de uma pequena parcela da sociedade que já nasce no topo da pirâmide social. Arruda, Bhattacharya e Fraser (2019) dizem que,

O feminismo que temos em mente reconhece que deve responder a uma crise de proporções monumentais: padrões de vida em queda livre e desastre ecológico iminente; guerras desenfreadas e

desapropriação intensificada; migrações em massa enfrentadas com arame farpado; racismo e xenofobia encorajados; e revogação de direitos – tanto sociais como políticos – duramente conquistados. (ARRUDA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 24.)

Em outras palavras, as estudiosas propõem um feminismo que seja antineoliberal e anticapitalista, um movimento que abarque a maioria das mulheres, seja da classe trabalhadora, *queer*, trans, e que possibilite o desmonte do sistema que não garante oportunidades igualitárias em nenhum campo social.

Importante destacarmos o feminismo decolonial, aquele se desprende dos discursos eurocêntricos e busca recuperar a epistemologia ancestral, a africanidade, todas as vozes que foram silenciadas pelos colonizadores, que se colocaram como detentores de um “saber superior”, como se pudéssemos mensurar saberes. Heloísa Buarque de Hollanda (2020) expressa que:

O feminismo decolonial, privilegiando a contestação à colonialidade do saber, também aponta caminhos de avanço político agora na chave latino-americana. Propõe uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas, o que inclui o fim da divisão entre teoria e ativismo, característica de nossos feminismos desde sempre. (HOLLANDA, 2020, p. 15.)

De outro modo, percebemos a necessidade de revermos e questionarmos o conhecimento imposto pelos colonizadores, pensar sobre isso num país como o Brasil que aceitou, com certa passividade os seus opressores e toda cultura vinda de além-mar é desconstruir ideias que foram inculcadas através de séculos. Repensar sobre a nossa ancestralidade e os saberes que foram levados às sombras e, principalmente, ao reconhecimento dado por nós à toda sabedoria eurocêntrica, e o desvalor atribuído ao que nasceu em nossas terras é fundamental para desfazer as amarras que nos prendem e silenciam nossas riquezas culturais populares e eruditas.

Pretendemos despertar no leitor não apenas um conhecimento sobre o que é o feminismo, mas sua importância e a amplitude de suas lutas. Não se trata de mulheres mal-amadas, que simplesmente desejam ser iguais aos homens e que saem às ruas sem uma causa real. A causa é a própria sociedade, que precisa ter sua estrutura refeita, para que todos possam ter acesso às oportunidades igualitárias e que possam reconhecer sua ancestralidade e o poder de transformação que podemos alcançar quando reconhecemos e valorizamos de onde viemos.

1.2 As ondas da liberdade feminina

No século XVIII, Mary Wollstonecraft expressou em seu livro *Reivindicação dos direitos das Mulheres* (2020), que o gênero feminino não era tratado como da espécie humana, mas como um simples ser subalterno. Entretanto, essa mesma escritora afirma que as mulheres são fracas por questões biológicas, quer dizer, de certa forma, mesmo buscando alguma reivindicação, ela concorda com determinados preceitos utilizados pelo sistema androcêntrico para fragilizar as mulheres e mantê-las sob domínio. Inclusive, denomina como mulheres masculinas aquelas que desempenham funções que fogem do quesito impositivo. Escancarando a dominação masculina no escopo social. Wollstonecraft (2020) diz que,

Tenho ouvido exclamações de todas as partes contra as mulheres masculinas, mas em que se baseiam? Se com esse nome os homens pretendem investir contra seu entusiasmo na caça, no tiro e no jogo, devo me juntar ao grito da maneira mais cordial; mas se for contra a imitação de virtudes masculinas, ou mais propriamente falando, a obtenção desses talentos e virtudes, o exercício que enobrece o caráter humano, e que eleva as mulheres na escola do ser animal ao serem incluídas amplamente na humanidade, devo pensar que todos aqueles que as observam com um olhar filosófico têm de desejar comigo que elas possam crescer a cada dia mais e mais masculinas. (WOLLSTONECRAFT, p. 15, 2020.)

Em outras palavras, a escritora dissemina a ideia de que na sociedade existem atividades masculinas e femininas e que são essas atividades ditas “masculinas”, que elevam o ser humano e, por isso as mulheres deveriam praticar também tais atividades (não queremos criticar o posicionamento da escritora, só buscamos reforçar o poder do sistema patriarcal sob as mulheres). Até hoje, encontramos mulheres que acreditam nessa divisão de atividades, porque foi algo propagado ao longo de todos os séculos, e são essas ideias que as ondas femininas tentavam e tentam combater. Sobre essa questão Adichie (2014) comenta que,

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens. (ADICHIE, 2014, p. 18.)

É sobre essa naturalização de situações absurdas que foram imputadas às mulheres que estamos tratando, princípios contestáveis que alocam a mulher no espaço da servidão, sendo reverberados por indivíduos do próprio gênero feminino sem

questionamento, da maneira como a instituição masculinista espera de todos os que a compõe.

Partindo para o século XIX no qual as mulheres seguiam aprisionadas aos afazeres domésticos, observamos que eram educadas para serem esposas, mães e subalternas aos homens da família. Não tinham espaço para opinar, muito menos, decidir sobre os caminhos de suas vidas. A maioria estava distante dos livros, da política, de tudo aquilo que as fizessem despertar do sono da submissão. A primeira legislação que autoriza a incrementação de escolas públicas femininas ocorre por volta de 1857. Nesse mesmo século, seguindo as palavras de Zahidé Muzart (1999) as mulheres que desejavam estudar, ter uma profissão, já eram enxergadas como feministas, uma vez que o simples desejo de burlar o sistema patriarcal denotava um grau de subversão. Além da relação com a Literatura, isto é, a literatura de autoria feminina sempre esteve ligada ao movimento feminista.

Baseando-nos nas leituras de Constância Lima Duarte (2003) encontramos quatro ondas, quer dizer, quatro momentos distintos do movimento feminista, que foram cruciais para a desconstrução de ideias androcêntricas. Se pensarmos no significado de onda, que, quer dizer, dentre outras coisas, uma agitação do mar, provocada pela ação do vento. Podemos associar o vento ao sistema patriarcal, que tenta silenciar as mulheres, mas essas sendo ondas, se agitam, crescem e ganham força, a cada ação do vento. Já de acordo com Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz e Alcileide Cabral do Nascimento, no artigo intitulado *O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920)* (2014):

Quando aplicada à história do feminismo, a noção de onda indica movimentos que se manifestam como ondas, que irrompem em determinado tempo e lugar, deságuam em outros e se esvaem rapidamente, reforçam a ideia de centros irradiadores e suas margens, e também indicam as formas efêmeras dos movimentos feministas que acontecem de tempos em tempos, descontínuos, e se dissipam. (DA LUZ; CABRAL, 2014, p. 343.)

De outra forma, ondas feministas para as estudiosas seriam movimentos ocorridos de forma isolada e efêmera. Acreditamos que nenhuma onda se dissipou, todas elas deixaram marcas significativas para a luta feminista; cada onda colaborou com a quebra das amarras de muitas mulheres que viviam aprisionadas física e psicologicamente aos homens que jamais esperavam e desejavam a sua libertação. Já Jacilene Maria Silva, em seu livro *Feminismo na Atualidade: formação da quarta onda* (2019), externa que,

O termo “onda feminista” se refere ao tempo histórico em que houve efervescência acentuada de determinadas pautas e problemáticas das

mulheres que agiam e tomavam a frente dos debates. Cada onda feminista tem suas particularidades, bem como as mulheres protagonistas de cada um desses momentos, e tinham demandas principais distintas em certos pontos. (SILVA, 2019, p. 7.)

Em outras palavras, a teórica aproxima as ondas às pautas emergentes de cada período, não qualificando como efêmeras ou extintas, mas dotadas de singularidades e importância para cada momento histórico e social.

Partindo da primeira onda, nos deparamos com Nísia Floresta, uma das primeiras mulheres brasileiras a romper com o modelo imposto socialmente. Seu livro denominado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, pode ser encarado como a obra precursora do feminismo brasileiro; nele a autora coloca em igualdade homens e mulheres e defende o acesso destas à educação, já que só através do conhecimento, elas conseguiriam se libertar dos ideais patriarcais, que as inseriram na indigência cultural e educacional. Nísia Floresta desejava que as mulheres fossem libertadas do liame da subalternidade e que entendessem que merecem o mesmo tratamento oferecido aos homens. Como observamos no seguinte excerto de Floresta (2010):

Os homens, não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado. (FLORESTA, 2010, p. 86.)

Ao longo de sua escritura, somos levados a refletir sobre os desmandos do escopo social baseado em benesses masculinas. Homens que se tornam tiranos de suas esposas, comparadas às escravas, sem direitos, só deveres domésticos; silenciadas e enclausuradas por discursos que rebaixam a mulher ao “sexo frágil”. Vistas como indivíduos desregrados, que necessitam de vigilância e cuidado; dependentes do sexo tido como “forte” e “superior”. Como os homens podem justificar esse enquadramento social ao qual impõe a mulher? Uma posição social que eles não estão dispostos a ocupar. Floresta (2010):

Que personagens singulares! Não são eles bem dignos de tão alta preeminência! Exigir uma servidão a que eles mesmos não têm coragem de se submeter, de um sexo, que sua vaidade qualifica com o título de – vasos frágeis –, e querer que lhes sirvamos de ludíbrio, nós, a quem eles são obrigados a fazer a corte e atrair em seus laços com as submissões as mais humilhantes! Têm porventura eles alguns títulos para justificar o direito com que reclamam os nossos serviços, que nós igualmente não tenhamos contra eles? (FLORESTA, 2010, p. 86.)

Nísia Floresta embasou-se em fontes europeias para escrever seu livro, mas não traduz no sentido literal o que mulheres como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges escreveram em suas terras. Ela assimila as ideias de além-mar, e adequa à realidade brasileira, que ainda se encontrava muito deficitária do ponto de vista cultural, político e econômico. Como afirma Constância Duarte (2009):

Nísia Floresta não realiza, insisto, uma tradução no sentido convencional do texto da feminista, ou de outros escritores europeus, como muitos acreditaram. Na verdade, ela empreende uma espécie de antropofagia libertária: assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência. (DUARTE, 2009, p. 154.)

A sua produção escrita foi significativa para esse primeiro momento de luta feminina em nosso país, suas concepções colaboraram para que pudéssemos repensar sobre o modelo social vivenciado e promover o despertar de mulheres que achavam comum serem colocadas às sombras dos homens. De acordo com Silva (2019):

Nísia Floresta fundou no ano de 1938, no Rio de Janeiro, a primeira escola para mulheres, na qual, durante dezessete anos, ensinou história e línguas, matérias das quais as mulheres eram excluídas naquele tempo. No entanto, o movimento feminista no Brasil só começou a ganhar força no início do século XX, tendo como um dos momentos mais marcantes a conquista do direito ao voto, no ano de 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas. (SILVA, 2019, p. 12.)

A participação na votação eleitoral, foi um evento significativo que fez com que as mulheres se vissem como agentes ativos na sociedade, capazes de transformar a realidade brasileira, e sobretudo, a sua própria condição. A primeira onda se estende até meados de 1945, época da guerra, em que a população era convocada para servir nos campos de batalha, as mulheres para auxiliarem como enfermeiras, cozinheiras, esse afastamento do reduto doméstico também contribuiu para a luta feminina. Como encontramos em Silva (2019):

Elas eram chamadas para servir atuando no “front interno” ou como enfermeiras, próximo aos campos de batalha, nos campos de cuidado dos feridos. Foi dessa maneira que mulheres passaram de condicionadas socialmente à vida privada, para pessoas que podiam exercer, de alguma maneira, papéis na vida pública. (SILVA, 2019, p. 12.)

Ou seja, a guerra contribuiu com o afastamento das mulheres dos afazeres domésticos e lhes ofereceu a oportunidade de ter uma vida pública e de mostrar suas habilidades e competências além do espaço privado. Já através de Constância Lima

Duarte (2009), identificamos que os primeiros jornais dirigidos por mulheres no Brasil só surgem durante o século XIX, e mesmo assim com grande dificuldade, já que eram mal vistos pela crítica da época. No ano de 1852, surge no Rio de Janeiro um jornal que muito contribuiu para o despertar feminino, denominado *Jornal das Senhoras*, organizado por Joana Manso. De acordo com Duarte (2009, p. 155) “O pioneirismo d’O jornal das senhoras, e suas colaboradoras tímidas e anônimas, representaram, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos”. Nas terras recifenses, a luta feminina também se desenvolvia desde 1880, mas a primeira matéria sobre a questão do voto feminino está localizada em 1872, como comentam as estudiosas Da Luz e Nascimento (2014):

A primeira matéria que encontramos sobre a questão do voto feminino na imprensa do Recife data de 1872, quando Severino Cardoso (A Verdade, 23/nov/1872:2-3) critica a constituição vigente no Império, por conceder à mulher o direito à sucessão do trono, e retirar de todas as outras o direito eleitoral. (DA LUZ; NASCIMENTO, págs. 352/353.)

É importante destacar a movimentação feminina nos ares pernambucanos, iniciada com a luta abolicionista. Muitas mulheres participavam de grupos que buscavam o fim da escravidão no Brasil, principalmente, para o foco não permanecer apenas no sul e sudeste do país. Ainda sobre a luta das mulheres pernambucanas, Da Luz e Nascimento (2014) expressam que,

Em 19 de abril de 1890, Maria Augusta C. Meira de Vasconcellos, escritora, advogada, bacharel em Direito e Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, uma das primeiras a obter esse título no país, redige um artigo e o faz publicar no Jornal do Recife, questionando a decisão do Ministro do Interior de não permitir que as mulheres votem. (DA LUZ; NASCIMENTO, 2014, p. 354.)

Isto é, a luta não foi de grupos de mulheres em regiões isoladas, mas de muitas mulheres espalhadas pelo Brasil, da zona rural à urbana, do sul ao nordeste do país que contribuiu com a disseminação das ideias de igualdade e luta contra a opressão feminina.

Indo em direção à segunda onda, encontramos o desenvolvimento de diversos jornais femininos, isso em meados de 1870, como o *Echo das damas*, produzido por Amélia Carolina da Silva Couto e que combatia os desmandos masculinos ao buscar a igualdade de gênero. A jornalista Josefina Álvares de Azevedo foi uma importante militante e batalhou fortemente pela emancipação feminina em nosso país. Segue um trecho de seu discurso no jornal *A família*,

Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil: e assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejados, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela ideia “Fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte”. (ÁLVARES apud DUARTE, 2009, p. 157.)

Assim como Josefina Álvares, outras mulheres tiveram a coragem de enfrentar o sistema dominado por homens e fizeram dos jornais, veículos de vozes femininas e protestos pela emancipação delas. Voltando-nos para Jacilene Maria Silva (2019), vamos nos deparar com outra ordem cronológica para as ondas feministas. Para a estudiosa, a segunda onda inicia-se em 1949, com a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Segundo Silva (2019):

A citada obra de Simone de Beauvoir é um marco da segunda onda do feminismo. Em sua obra, esta filósofa desafiou ideias relacionadas à mulher que até então não tinham sido questionadas de maneira tão ampla, ela quebrou tabus rígidos e, por isso, foi duramente criticada. Quando foi lançado, *O Segundo Sexo* foi uma afronta social, foi recebido com vociferações indignadas e raivosas. (SILVA, 2019, p. 13.)

Ou melhor, foi devido ao afrontamento causado por Simone de Beauvoir, que a segunda onda foi instalada e novas pautas surgiram para o movimento feminista. O Papa proibiu os indivíduos de lerem o livro porque tratava de assuntos vistos como tabus na época principalmente o questionamento de inferioridade feminina levantado na obra.

Já durante a terceira onda ocorrida no século XX, nos deparamos com a luta pelo voto, pelo acesso à educação superior. As mulheres desejaram ir além do espaço doméstico ou da profissão de professora. Desejavam ocupar os mais variados cargos, ser sujeitos ativos da sociedade ao ter voz no espaço público, ultrapassando os limites do espaço privado. Nesse período surgem diversos nomes cruciais para a luta feminina, como Bertha Lutz, importante figura feminina, que fundou juntamente a outras mulheres a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e que perdurou por quase cinquenta anos; escancarando a condição de subalternidade feminina e buscando igualdade de gênero.

A década de 20 foi bastante intensa no que diz respeito aos movimentos feministas, muitos grupos surgiram, muitas vozes femininas ousaram discursar e escrever sobre os princípios impostos à mulher. Uma dessas vozes foi Ercília Nogueira Cobra, escritora de obras polêmicas que buscam discutir sobre a virgindade feminina. Escreveu, por exemplo, em 1922, o livro *Virgindade inútil – novela de uma revolta*, uma

escritura com esse nome, em uma sociedade marcada por representações cristãs e patriarcais, gerou, sem dúvida, alvoroço social. Como aponta Duarte (2009):

Outra inesquecível foi Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), que no importante ano da Semana de Arte Moderna, lançava seu primeiro livro, *Virgindade inútil – novela de uma revoltada* (1922), dando início a uma obra polêmica que pretendia discutir a exploração sexual e trabalhista da mulher, e provocou intenso debate e muita crítica entre os contemporâneos. Ercília publicou ainda *Virgindade anti-higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas* (1924) e *Virgindade inútil e anti-higiênica – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens* (1931), tendo sido detida várias vezes pelo Estado Novo, chegando a ser presa por suas ideias. (DUARTE, 2003, p. 161.)

Notamos a significância da literatura para gerar incômodo e quebra dos princípios patriarcais, e sobretudo, da coragem dessas escritoras que em períodos tão adversos ao gênero feminino, tiveram o destemor para enfrentar a conjuntura, não com armas, mas com palavras. Nessa mesma década podemos destacar um fato marcante para a luta feminina ocorrido no Rio Grande do Norte, quando o governador autorizou o voto feminino, situação que só se perpetuou por todo país em 1932, ano em que Getúlio Vargas cedeu às batalhas femininas e incorporou esse direito no Código Eleitoral. Mas devido à implantação do Estado Novo, as mulheres só exerceriam o direito ao voto, efetivamente, no ano de 1945.

Na área da literatura, a escrita feminina começa a ganhar notoriedade. Ainda na década de 20, encontramos a escritora Rosalina Coelho Lisboa, recebendo o prêmio pelo seu livro denominado *Rito Pagão*, no concurso da Academia Brasileira de Letras. O que se caracteriza como um marco diante de todo esforço e denúncia social feita por mulheres que não permitiram ser sufocadas por uma sociedade misógina. Outro nome significativo desse período é Gilka Machado, ao colaborar com a desconstrução de conceitos patriarcais; sobretudo ao ousar em seus escritos e produzir uma obra de poemas com temática erótica, deixando o escopo social novamente em polvorosa. De acordo com Duarte (2003):

Também Gilka Machado (1893-1980) publicou, em 1918, um livro de poemas eróticos, *Meu glorioso pecado*, logo considerado um escândalo por afrontar à moral sexual patriarcal e cristã. Como poucas escritoras de seu tempo, Gilka promoveu a ruptura dos paradigmas masculinos dominantes e contribuiu para a emancipação da sexualidade feminina. Ao vencer um concurso literário do jornal *A imprensa*, então dirigido por José do Patrocínio Filho, teve seu trabalho estigmatizado e considerado “imoral” por críticos mais conservadores. (DUARTE, 2003, p. 163.)

Outro nome que não poderia faltar é o de Rachel de Queiroz, uma mulher que utilizou a literatura para subverter o sistema patriarcal e apresentar outros caminhos

que as mulheres poderiam trilhar, além do casamento, sem culpa ou remorso. Sem dúvida, ela fez do campo literário um veículo de escancaramento da realidade feminina no século 20 e contribuiu para a quebra de paradigmas. Eduardo Assis (2005) afirma que,

A obra – e a vida – de Rachel de Queiroz figuram como índices precisos, espécie de marcos ou emblemas do processo de emancipação social da mulher brasileira no século XX. Esta poderia ser apenas mais uma surrada frase de efeito, caso o Brasil não fosse um país onde boa parte das mulheres, dos negros, dos índios e dos pobres em geral convive com a ausência dos requisitos mínimos para o exercício da cidadania, e onde se constata facilmente que esse processo de emancipação ainda está longe de se concluir. O fato de a maioria social da mulher – e de todos os excluídos – ser entre os brasileiros pouco menos que uma utopia dá à obra de Rachel de Queiroz, e também à sua vida, o preciso relevo de fenômeno cuja caminhada teve seus passos acertados com o relógio da História. (ASSIS, 2005, p. 105.)

A mulher era condicionada a se submeter aos desmandos do pai, marido e ser uma zelosa dona de casa, se preocupando exclusivamente com os serviços domésticos e filhos; e aquela que tentasse violar os preceitos patriarcais e cristãos era enxergada como uma degenerada, vista com intoleráveis olhos pelo escopo social. Rachel de Queiroz criou personagens femininas destemidas, que muito se afastam do que é impelido à mulher do século 20 e com isso colabora com a emancipação feminina.

Já Silva (2019) afirma que a terceira onda começa em meados dos anos 80 e 90, com um viés pós-estruturalista, que questionava a amorfidade feminina, a ideia de mulher resumida a sua feminilidade. Segundo Silva (2019):

Por isso, nessa fase, o movimento passou a aprofundar os debates já travados nas gerações anteriores, na busca de compreender os papéis e funções atribuídos às mulheres na sociedade com base nas suas condições sociais, para além do fato puro e simples de ser um “ser humano fêmea”. (SILVA, 2019, p. 18.)

Buscou-se lutar pela diversidade feminina, ao se basear na ideia de que a opressão não atinge todas as mulheres igualmente porque elas não estão nas mesmas condições sociais. A estudiosa ainda afirma que foi na terceira que surgiu o feminismo negro, isso a partir da publicação em 1981, do livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis. Silva (2019) explana que,

É sob esse cenário que o feminismo negro se fortalece e cresce enquanto vertente feminista independente. Por isso que, embora a locação história da terceira onda seja reconhecida na maioria dos livros de história a partir da década de 1990, é fato que sua origem tem raízes ainda em meados da década de 1980. (SILVA, 2019, p. 19.)

A partir desse livro, a identidade da mulher passou a ser encarada não mais de maneira unificada, mas fragmentada, pensando-se na variedade de condições do gênero femininas e que, claramente, envolvem raça e classe social. Ainda sobre o objetivo da terceira onda, Silva (2019) diz que,

O objetivo passou a ser o reconhecimento de diversas identidades femininas e o abandono da ideologia do “feminismo vítima”. Assim, as feministas se apropriaram daquilo que suas precursoras entendiam como comportamentos e símbolos de feminilidade estereotipados e opressivos, e vestiram os sutiãs, passaram os batons e calçaram os saltos altos, em defesa da liberdade individual de cada mulher se vestir como quiser e fazer o que quiser fazer. (SILVA, 2019, p. 23.)

Por outras palavras, o intuito passou a ser a valorização da diversidade feminina e a liberdade de se vestir como quiser e agir como desejar, sem julgamentos ou culpabilização, se afastando dos estereótipos criados em torno de uma identidade feminina unificada.

Caminhando para a quarta onda, esbarramos em uma revolução feminina. Mulheres lutavam pela liberdade sexual, começavam a ocupar o espaço político; as universidades eram tomadas por grupos que tratavam da temática feminina. Buscavam e conquistavam amplidão em todas as áreas da sociedade. Aqui no Brasil, a luta nos anos 70 foi além da igualdade de gênero, era preciso lutar pela anistia, se opor à ditadura. Enquanto se lutava pelo reconhecimento do gênero feminino, também se batalhava pela democracia. Queriam os corpos femininos livres, em consonante ao país. O dia 8 de março é oficialmente comemorado. Como expressa a teórica Constância Duarte (2003):

Enquanto nos outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, no Brasil o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Mas ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. (DUARTE, 2003, p. 165.)

A revolução dos métodos contraceptivos invade a vida das mulheres, contribuindo com a igualdade entre homens e mulheres e destituindo a ideia do sexo somente para a procriação, que girava em torno do escopo social, e reforçado pela Igreja. No que concerne ao campo literário, localizamos escritoras que expressavam seus posicionamentos contra o regime ditatorial que vigorava no país. Entre essas escritoras, elencamos a Nélida Pinõn, a primeira presidente da Academia Brasileira de Letras. Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Hilda Hilst, Marina Colasanti, Luzilá

Gonçalves Ferreira que com *Muito Além do Corpo*, seu primeiro livro publicado em 1988, reconstrói a história e a posição feminina, gerando possibilidades até então vistas negativamente pelo escopo social, ela quebra paradigmas e estereótipos atribuídos ao gênero feminino. Outros nomes femininos também auxiliaram na conquista da democracia, e, principalmente na luta pela igualdade em suas diferenças. Nessa época os estudos sobre as mulheres invadem as universidades, o que contribui com a consolidação dos debates sobre as questões de gênero. Duarte (2003) comenta que,

No final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, um movimento muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras. (DUARTE, 2003, p. 167.)

Com a mulher inserida como objeto de estudo nas universidades, identificamos uma mudança diante do reconhecimento de muitas figuras femininas que fizeram parte da história do país e de nossa literatura; e que por muito tempo foram marginalizadas, devido ao seu gênero e raça, como Carolina Maria de Jesus. Hoje, temos uma maior inserção de escritoras nos livros acadêmicos e do ensino básico (embora o número ainda seja muito menor se comparado aos nomes masculinos da literatura e da história), todavia não é suficiente, e precisamos continuar abrindo espaços através das pesquisas e discussões no interior e além dos muros universitários para tentar modificar a condição feminina na conjuntura social.

Para Silva (2019) a quarta onda vem junto com o avanço da tecnologia da informação, cujas redes sociais são utilizadas como veículos de debates e enfrentamento da violência contra mulher, sexismo e opressão. Silva (2019) expõe a gênese dessa onda:

A quarta onda do feminismo surge mediante o avanço das tecnologias de informação e comunicação, sendo usadas para contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia e vários tipos de desigualdades e violências de gênero. É fato que o feminismo se apropriou com força do ambiente virtual, de maneira que a internet foi fundamental para isso que está acontecendo hoje, mas a quarta onda do feminismo não tem a ver somente com “ciberativismo”. (SILVA, 2019, p. 26.)

Essa aproximação do feminismo com a tecnologia contribui para a democratização do movimento, que agora consegue alcançar mulheres no mundo inteiro, difundindo informação e possibilitando a expressão de sentimentos e denúncias de muitas que nem sabiam do que se tratava o feminismo. É claro que a segregação social existe, e consequentemente o acesso à internet não é igualitário, e que há

mulheres em todas as partes do Mundo que desconhecem as pautas feministas e que estão emudecidas por seus pais, esposos ao não terem condições de usufruir das ferramentas tecnológicas. Mas a internet vem colaborando com a expansão feminista. Consoante a Silva (2019, p. 27) “Na internet, essas mulheres encontraram oportunidade para articular a própria luta contra a violência de gênero – violência está que se manifesta de diversas formas tanto no ambiente público quanto no âmbito privado”. Ou seja, a internet deu voz às mulheres que não tinham espaço para escancorar o assédio que sofriam em ambientes públicos e privados. Silva (2019):

Através de articulação na internet, mulheres se unem para denunciar as violências machistas “de cada dia”, aquelas cotidianas que persistem como reforço de práticas violentas “mais graves”. Campanhas online com intuito de encorajar mulheres a denunciarem violência de gênero ganharam força e repercussão. Em 2015, a hashtag #MeuPrimeiroAssédio movimentou a internet no Brasil inteiro e reuniu muitíssimos relatos angustiantes de diversas mulheres que mostram que o primeiro assédio acontece geralmente enquanto elas nem eram adolescentes ainda. (SILVA, 2019, p. 29.)

De outra maneira, a internet tem um poder de reunir mulheres de todos os continentes com os mesmos anseios de mudança estrutural na conjuntura social, que independente do país, o homem é sempre favorecido pelas instituições e a mulher está sempre buscando conquistar espaços e ampliar sua voz para que se possa ser ouvida e respeitada. A luta das mulheres é algo diário e sem fim, diante disso as redes sociais são importantes fontes de denúncia e discussão que contribuem com as pautas de eliminação do sexismo e opressão.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO DO CORPO FEMININO E A IDENTIDADE

O corpo ao longo dos estudos filosóficos foi compreendido como algo desagregado da mente. Em outros termos, o corpo é tudo que não envolvia a mente, vistos de maneira dicotômica, existia uma elevação da mente, em detrimento do corpo. Da mente provia toda racionalidade, equilíbrio, proximidade ao divino, enquanto o corpo era associado ao pecado, a luxúria e a irracionalidade humana; a própria Igreja pregava essa dualidade entre corpo e mente, o que propiciava a desvalorização da corporalidade. Esse dualismo era aplicado a outros termos como, por exemplo, a razão e a paixão, sensibilidade e sensatez, macho e fêmea.

O corpo segundo o dicionário significa, em suma, uma estrutura física, material, composta por órgãos. No *Crátilo*, Platão comenta que a mente se opõe ao corpo. O corpo como um veículo que transmite a alma as impressões do mundo, como nos deparamos com o diálogo platônico *Teeteto* “Logo, desde o nascimento, tanto os homens como os animais têm o poder de captar as impressões que atingem a alma por intermédio do corpo”. Ou indo além, no diálogo platônico de *Fédon*, quando fica nítida a busca pelo afastamento do corpo e maior aproximação da alma para alcançar a elevação.

Ao que parece, enquanto vivermos, a única maneira de ficarmos mais perto do pensamento, é abstermo-nos o mais possível da companhia do corpo e de qualquer comunicação com ele, salvo e estritamente necessário, sem nos deixarmos saturar de sua natureza sem permitir que nos macule, até que a divindade nos venha libertar. Puros, assim, e livres da insanidade do corpo, com toda a probabilidade nos uniremos a seres iguais a nós e reconheceremos por nós mesmos o que for estreme de impurezas. (PLATÃO, *Fédon* 75d.)

O desregramento do corpo ao longo da história era uma ideia tão vigorosa, que os problemas fisiológicos e as doenças que atingiam a parte externa do corpo eram vistas como castigos dos céus, como discorre Elizabeth Grosz em sua escritura denominada *Corpos Reconfigurados* (2002, p. 53): “Na Idade Média, por exemplo, a lepra era vista como a consequência doentia da luxúria e da cobiça, um significativo corporal do pecado”. Impõe-se destacar que o cartesianismo propagou a dualidade em torno da mente e do corpo. Para essa doutrina havia duas substâncias: uma pensante (a mente) e outra extensa, externa (o corpo). Segundo o método cartesiano, o corpo era

como uma máquina, guiada pela natureza; enquanto a mente algo externo à natureza. De outro modo, corpo e mente podem ser estudados de forma desassociada. Em *Calibã e a Bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva*, de Silvia Federici (2017, p. 251) encontramos a seguinte passagem “O corpo é concebido como matéria bruta, completamente, dissociada de qualquer qualidade racional: não sabe, não deseja, não sente”. O corpo é puramente uma ‘coleção de membros’, disse Descartes em seu Discurso do Método, de 1634”.

Importante ressaltar que nesse dualismo cartesiano, há uma substância que se sobrepõe a outra, quer dizer, uma pensante e outra não pensante. Filosofia que se perpetua até os nossos dias, se repararmos na binaridade criada em torno de homem e mente; mulher e corpo, isto é, as práticas filosóficas colaboraram no processo de construção patriarcal. Afastando as mulheres dos espaços de discussões sobre a mente e as alocando no *locus* da corporalidade, ou melhor, no espaço da desvalorização e sujeição. No Brasil Colônia, o corpo feminino era associado a algo diabólico, capaz de levar o homem a cometer pecados. Como vemos a seguir nas palavras de Mary Del Priore (2011):

Apesar da pobreza material que caracterizava a vida diária no Brasil colônia, a preocupação feminina com a aparência não era pequena. Mas vivia sob o controle da Igreja. A mulher, perigosa por sua beleza e sexualidade, inspirava toda sorte de preocupações dos pregadores católicos. Não foram poucos os que fustigaram o corpo feminino, associando-o a um instrumento do pecado e das forças diabólicas que ele representava na teologia cristã. (DEL PRIORE, 2011, p. 24.)

A repressão da Igreja ao corpo feminino foi uma forma de controle que contribuiu para a permanência até hoje de muitas mulheres no enclausuramento doméstico, receosas de mostrarem seus corpos, que mesmo escondidos em muitas roupas, não deixam de ser encarados como bens públicos, aos quais a Igreja, a família, a escola se enxergam como instituidoras de princípios que devem ser seguidos desde a postura feminina, até ao tipo de roupa que a mulher deverá usar. Voltando para os tempos coloniais, mais à frente, Del Priore (2011, p. 26) diz que: “Isso, porque a mulher – a velha amiga da serpente e do Diabo – era considerada, nesses tempos, como um veículo de perdição da saúde e da alma dos homens.” Aquela “bem aparecida”, sinônimo no século XVII para formosa, era a pior!”. Porque se a mente é atrelada ao masculino, percebido, assim, como o ser pensante; o corpo é relacionado ao feminino e enxergado como o ser desregrado e lascivo. Temos, assim, um lado positivo, atrelado ao homem, e um negativo atrelado à mulher. Como argumenta Simone de Beauvoir (1970):

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAVOUIR, 1970, p. 9.)

O homem representa o universal, a ponto de ser aceito como um vocábulo unificador de todos os seres humanos; mesmo habitando um espaço que não contém apenas o gênero masculino. Situação que colabora com o não reconhecimento da mulher em sua subjetividade na configuração social. A dominação masculina foi construída em torno de uma divisão mítica, distorcendo questões de cunho biológico e sendo ratificada por dogmas políticos, religiosos e filosóficos. Escrevendo no corpo feminino concepções comportamentais de subserviência. Mary Del Priore (2011) expressa que,

Entre os séculos XII e XVIII, a Igreja identificava, nas mulheres, uma das formas do mal sobre a terra. Quer na filosofia, quer na moral ou na ética do período, a mulher era considerada um ninho de pecados. Os mistérios da fisiologia feminina, ligados aos ciclos da Lua, ao mesmo tempo em que seduziam os homens, os repugnavam. O fluxo menstrual, os odores, o líquido amniótico, as expulsões do parto e as secreções de sua parceira os repeliam. O corpo feminino era considerado impuro. (DEL PRIORE, 2011, p. 32.)

Vejamos que em todas as áreas a mulher foi alocada como fruto de todo pecado, o "ser bestial", responsável pela expulsão do homem do paraíso, dotada de um corpo que contém toda maldade. Essa limitação proporcionada ao corpo feminino chegou a ser aceita pelas feministas igualitárias, dos primeiros movimentos, que por mais que lutassem por igualdade também enxergavam os corpos femininos como algo limitado, situação que dificultava a ascensão das mulheres no espaço público. A maternidade também era vista como uma das principais características da feminilidade. Em outras palavras, os ideais patriarcais foram inculcados de forma tão incisiva que até as mulheres que buscavam modificações sociais, possuíam crenças androcêntricas. Como encontramos em Elizabeth Grosz (2000):

As integrantes desta primeira categoria, igualitária, compartilham várias crenças: uma visão do corpo como biologicamente determinado e fundamentalmente alheio ao aprimoramento cultural e intelectual; uma distinção entre uma mente sexualmente neutra e um corpo sexualmente determinado (e limitado). (GROSZ, 2000, p. 72.)

Já durante o segundo momento, as feministas construtivistas lutavam pela transformação dos ideais sociais, uma vez que não era a Biologia, mas as concepções

que foram construídas em torno do campo biológico que limitaram a mulher ao longo das épocas. Embora seguissem com o mesmo pensamento em torno das divisões entre corpo e mente, tiveram uma função significativa para a tomada de consciência feminina, sobretudo, quando se fala de aprisionamento corporal destinado as mulheres. Como explicita Elizabeth Grosz (2000):

O corpo em si, na versão mais forte desta posição, é irrelevante para a transformação política, e, na versão mais fraca, é apenas um veículo para a mudança psicológica, um instrumento para um efeito mais “profundo”. O que precisa ser transformado são atitudes, crenças e valores e não o próprio corpo. (GROSZ, 2000, p. 75.)

As sociedades androcêntricas encaram o corpo feminino como um utensílio público, um objeto que pode ser desejado e possuído pelos homens, sem a necessidade do consentimento delas; esses, sem justificativas, são destinados à dominação e as mulheres à subordinação. Essa falta de esclarecimento em torno desse sistema de poder masculino denota o quanto é mítico e difundido de forma falaciosa e proposital esse paradigma que favorece um gênero em detrimento do outro. A mulher é o *Outro*, indivíduo relegado e posto à sombra do homem desde o campo corporal até o intelectual. Consoante a Beavouir (1970):

O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. (BEAVOUIR, 1970, p. 10.)

Por outra forma, a divisão entre quem domina e quem é dominado se valeu também do elemento corporal dos homens e das mulheres. O corpo é visto como caminho para a construção da realidade social pautada em uma severa desigualdade de gênero. É pela anatomia do corpo que são validadas as concepções patriarcais, naturalizando a misoginia, e determinando as características que uma mulher deve possuir, para ser vista com bons olhos pelo escopo social. Conforme Pierre Bourdieu (2012):

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2012, p. 20.)

Os anatomistas do século XIX buscavam legitimar a submissão feminina através de seus corpos, destinados à passividade, sensibilidade; enquanto os homens eram caracterizados como possuidores de corpos racionais e ativos. Percebemos que

as questões biológicas foram utilizadas de maneira arbitrárias, como meio de construção do mito que separa o ambiente público para os homens e o ambiente privado para as mulheres. A sociedade foi aceitando passivamente esse ideal mítico-ritual, e a falta de questionamento, levou a sociedade patriarcal a não necessitar justificar seu ponto de vista, tornando-se algo autocrático.

A escritora Mary Wollstonecraft (2020) fala de uma certa superioridade masculina, o que possibilita aos homens atingirem um grau de virtude mais elevado do que as mulheres. Vejamos que por mais que a escritora apresente críticas em torno do sistema patriarcal, ela também retorna a ideia dicotômica de corpos. Separando o corpo masculino do corpo feminino, exaltando e aproximando do divino a corporalidade masculina. É a partir das ideias alastradas em torno da anatomia feminina e masculina que toda desigualdade de gênero se funda, o órgão sexual feminino percebido como o lado inverso do órgão sexual masculino, isto é, os homens são o verso, o positivo; a mulher o inverso, o negativo das relações dentro do escopo social. Concordante com Bourdieu (2012) que afirma que,

Tendo apenas uma existência relacional, cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como habitus viril, e portanto não feminino, ou feminino, e portanto não masculino. (BOURDIEU, 2012, p. 38.)

Os corpos fazem parte de uma construção social. O corpo feminino integra o espaço da passividade e da sujeição, devido a um paradigma prescrito pelo Patriarcalismo, que impede a mulher de acessar o caminho da independência e liberdade, para ser o que desejar ser e viver como bem quiser. Os corpos masculinos e femininos se movem e se portam de forma antagônica, porque neles foram escritas as ideias de dominação e subordinação. Um corpo masculino detém total liberdade, seja no campo público ou privado, sem receber prejulgamentos pela maneira como se porta no meio social; já o corpo feminino foi destinado à discricção e à castidade, sendo prejulgado todas vezes que se portou de uma maneira desconfortável para o que prega a sociedade androcêntrica. Seguindo as palavras de Beauvoir (1970, p. 10) “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. Inferimos o quanto a mulher foi educada para seguir princípios masculinistas, se apartando de sua própria identidade. Essa sociedade distorceu as questões biológicas, e fez com que as mulheres ao longo da História acreditassem que deveriam ser submissas ao gênero masculino, por conta da

“natureza”, como se o destino imposto a elas fosse algo divino e biológico, e não uma imposição meramente social.

Michel Foucault em seu livro *Vigiar e Punir* (1987) explana sobre como o corpo foi veículo de punição e exercício de poder nas sociedades. No período medieval, época em que a “justiça” era feita, dentre outras maneiras, com castigos corporais, o que foi configurado como corpo supliciado. Ou seja, se em uma época, o corpo serviu como punição dos crimes cometidos, hoje a corporalidade segue servindo para propagar no escopo social a disciplina, o regulamento esperado, sobretudo do gênero feminino. Mais à frente, Foucault (1987) comenta que,

O corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. (FOUCAULT, 1987, p. 163.)

Pensem em quantos corpos femininos se locomovem mecanicamente no escopo social. Muitas são as mulheres que seguem um modelo comportamental, acriticamente, porque as ideias falocêntricas já estão imbuídas em suas corporalidades e mentes. Elas aderem a uma ordem sem perceber o quanto estão sujeitadas a um modelo que as silenciam. Utilizam discursos masculinistas e se colocam de maneira contrária a sua própria constituição natural, reverberando discursos como, por exemplo: “que Eva foi realmente a culpada de todo mal no mundo”. Segundo Bordieu (2012):

Inscrita na ordem das coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...] ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas. (BOURDIEU, 2012, p. 17.)

Em outros termos, os ideais patriarcais conseguiram disseminar e criar a crença de que as mulheres ocupam os baixos cargos e recebem salários menores que os homens, porque a natureza assim o quis; porque seus corpos exigem uma postura passiva, amorfa, se afastando da contestação de suas condições, em razão de uma imposição fornecida, exclusivamente, pelo campo biológico. Dessa maneira, muitas

mulheres seguem ocupando a posição de subserviência, visto que esses discursos continuam sendo reverberados por figuras públicas, por determinadas religiões, que buscam a permanência da estabilidade de um sistema desigual e misógino, encaminhando a mulher para a margem de qualquer avanço, seja do ponto de vista intelectual ou econômico, corporal.

O corpo foi um subterfúgio opressor encontrado para propagar ideias sem fundamento científico de que a mulher deve ser inferior ao homem. Esse é o tipo de educação ofertada e que tantas vezes leva as mulheres a destinos degradantes e a danos irreparáveis. Foucault (1987, p. 163) nos fala de corpos dóceis, e diz: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. A educação ofertada a muitas mulheres possui a intenção de construir corpos dóceis, mulheres facilmente manipuladas e guiadas por discursos que não as favorecem. Bourdieu (2012) comenta que,

A educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, ou tal ou qual de suas partes (a mão direita, masculina, ou a mão esquerda, feminina), a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc. (BOURDIEU, 2012, p. 38.)

Às mulheres foram impostas as roupas que não mostrassem tanto o corpo, porque um corpo feminino visto, é um corpo desejado pelos homens, e se as mulheres forem desejadas pelos homens, serão vistas como as culpadas, e não as vítimas da situação de assédio. Posto que, nessa ordem falocêntrica, são elas que despertam o desejo, e levam os homens ao pecado. Por isso, devem se portar de forma discreta, para não serem notadas e nem tachadas de “vulgares” pelos olhos da sociedade. Inculcaram às mentes e aos corpos femininos princípios que as rebaixam e as objetificam, além do sentimento de culpabilização que querem aplicar as mulheres. Foi construída pelo escopo social uma distinção de gênero, que beneficia um lado e negligencia, silencia o outro, e dentro do espaço dos que se encontram à margem, também está o gênero feminino. Sobre essa questão, Foucault (1987) afirma que,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 1987, p. 164.)

De outra maneira, o sistema impele os corpos para aderirem às regras, já que infringir o regulamento seria abalar o poder falocêntrico. No caso das mulheres, não só

necessitam fazer o que os homens desejam, mas corroborar com toda a ordem da qual ela é o *Outro*. Elas precisam acreditar que são inferiores aos homens, que realmente existe uma dicotomia e se posicionar de forma misógina. Bourdieu (2012) comenta que,

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. (BOURDIEU, 2012, p. 40.)

Essa oposição criada pela ordem masculina e disseminada como algo natural, posto biologicamente e não socialmente, é evidenciada de diferentes maneiras no meio social. Há uma concordância entre as diversas instituições que compõem o sistema, para manter vigente o paradigma que exclui a mulher dos espaços públicos mais significativos. Essas ideias androcêntricas são perpetuadas no trabalho, nas igrejas, nas escolas, no seio familiar, e muitas vezes, são aceitas pelas mulheres, não por assim desejarem, mas por estarem imersas em uma sociedade que mantém uma estrutura tipicamente masculina. Bourdieu trata da violência simbólica, não como forma de apaziguar o que o patriarcalismo faz às mulheres, mas como maneira de ampliar as formas de violências sofridas pelo gênero feminino, que são sufocadas e levadas a aceitar tal subordinação, por isso é algo semeado extensivamente pelo escopo social e em todos espaços que essas mulheres busquem ocupar. Diante desse sufocamento social, muitas mulheres não reagem e incorporam tais princípios patriarcais, como a procura por companheiros mais altos e mais velhos, é como se uma parcela das mulheres ainda buscasse homens que lhes transmitissem segurança e superioridade, algo que em suas cabeças manipuladas por ideias masculinistas não seriam capazes de alcançar desacompanhadas. Sobre essa questão, Bourdieu (2012) diz que,

Isto, evidentemente, sem o menor cálculo, através da arbitrariedade aparente de uma tendência que não se discute nem se argumenta, mas que, como o comprova a observação dessas distâncias não só desejadas como também reais, apenas pode nascer e realizar-se na experiência de uma superioridade, cujos signos mais indiscutíveis e mais reconhecidos por todos são a idade e o tamanho (justificados como índices de maturidade e garantias de segurança. (BOURDIEU, 2012, p. 48.)

Aplica-se pensar que a ordem masculina é fruto de um processo histórico, o poder é derivado de tudo que já foi, ou que ainda possui força, e quem sempre teve poder, preponderadamente, foi e é o gênero masculino. Em outros termos, ao longo da

história a mulher sempre foi impelida para a dependência e servilismo masculino. Obrigada a casar, na maioria das vezes, com homens mais velhos, pelos quais não nutriam nenhum tipo de afeto. Eram encaminhadas às tarefas domésticas e ao enclausuramento do lar. Os corpos femininos foram aprisionados pelos desmandos masculinos, que escreveram em suas peles a vergonha, a humilhação, o temor, a ansiedade; sem o menor interesse sobre suas vontades e desejos.

Seguindo as ideias de Bourdieu (2012):

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturado. (BOURDIEU, 2012, p. 50.)

Não é de se achar incomum que até a atualidade, muitas mulheres acreditam na superioridade masculina, ou que só a figura do sexo oposto lhes garantirá proteção. Além da tomada da consciência, fica visível a necessidade da mudança na estrutura da sociedade. As instituições precisam abandonar a subordinação ao sistema patriarcal, pois enquanto ideais androcêntricos seguirem sendo disseminados como verídicos e incontestáveis, por tantas instituições de caráter religioso, educacional, empresarial, uma parcela feminina da sociedade continuará aprisionada física e simbolicamente aos homens. Uma vez que a ordem patriarcal é propagada de forma universal, os corpos femininos são percebidos como inferiores e objetificados em todos os campos da composição social.

As mulheres são violadas e desrespeitadas diariamente, sem nenhuma preocupação por parte da sociedade sobre o que desejam, quais os seus sonhos ou ponto de vista. Ou melhor, os corpos femininos são enxergados como propriedades dos homens, que podem controlá-los como quiserem. A mulher necessita se manter um ser resignado, que se adequa aos desejos do outro, sem considerar que é dona de um corpo e que deve descobrir sensações e prazeres que são só seus.

O nível de conhecimento dos nossos corpos está relacionado a nossa construção identitária; não conhecer o próprio corpo, significa não ter uma identidade inteiramente constituída. É por isso que as mulheres são tão reprimidas sobre seus corpos, para que elas não se descubram e não alcancem o nível de corpos liberados. Em conformidade com Simone de Beauvoir (1967, p 61) “a vida sexual da menina

sempre foi clandestina; quando seu erotismo se transforma e invade toda a carne, o mistério vira angústia: ela suporta a comoção como se se tratasse de uma doença vergonhosa; não é ativa [...]”. As mulheres não foram ensinadas a se descobrirem, a perceberem que seus corpos expressam desejos; os corpos falam e esse falar não deve ser visto como vergonhoso, entretanto para não sentir vergonha é necessário possuir autoconhecimento, algo que a sociedade falocêntrica segue obstruindo a mulher de alcançar.

2.1 O corpo feminino nos escritos literários

O corpo é como o “mar” com seus mistérios, mas é também “viagem” aberta a desconhecido. (XAVIER, 2021, p. 190.)

Faz-se necessário destacar a constituição do corpo feminino no âmbito literário, já que a literatura é a representação da sociedade, de como esta enxerga as corporalidades e como esses corpos devem se movimentar dentro do escopo social. Como bem diz Antonio Candido (2011, p. 177) “Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas [...]”. Através da tipologia adotada pela estudiosa Elódia Xavier em seu livro denominado *Que Corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* (2021) e de bases de caráter mais sociológico, vamos promover uma discussão que envolve o campo social e o literário; elencando como esses polos se mesclam e se influenciam. Pois de acordo com Antonio Candido (2011, p.177) “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”.

Na obra de Elódia Xavier, encontramos dez tipos de corpos femininos: corpo invisível, corpo subalterno, corpo imobilizado, corpo refletido, corpo violento, corpo degradado, corpo erotizado, corpo liberado e corpo caluniado.

Uma das obras analisadas para tratar do corpo invisível é a *A Intrusa*, de Júlia Lopes de Almeida, na qual é narrado a respeito de uma governanta chamada Alice Galba, contratada para trabalhar na residência do advogado Argemiro, que impõe a condição de nunca encontrá-la, devido a uma promessa feita no leito de morte de sua esposa, que era a de não casar-se outra vez. A governanta jamais se mostra, sempre

surge envolta de véus, que impedem o contato com seu rosto, todavia mesmo não enxergando o seu físico, Argemiro começa a nutrir uma forte afeição pela sua empregada. Isto é, embora na obra predomine um corpo invisível, isso não é impedimento para o surgimento de uma paixão que se volta para o lado interior da personagem, uma proximidade com o que há de imaterial. A escritora Júlia Lopes, seguindo as palavras de Elódia Xavier, valoriza a alma em detrimento do corpo. O físico é apagado, evidenciando o impalpável. O corpo não possui relevância e a sua invisibilidade não impede o despertar de sentimentos entre o homem e a mulher. Xavier (2021, p. 35) comenta que “Em *A Intrusa*, o corpo invisível se opõe à alma, mantendo a dualidade cristã, em detrimento da corporalidade”. Se retornarmos ao posicionamento da Igreja a respeito do corpo feminino, visto como a “corporalidade do pecado” e por isso a mulher deveria evitar mostrar-se para não propagar o pecado na sociedade; a personagem dotada de um corpo invisível agrada as instituições sociais da época, não apresentando forma, nem desejo e muito menos sensualidade. É um corpo invisível e passivo. Nas palavras de Butler (2003):

Essas concepções têm precedentes cristãos e cartesianos, os quais, antes do surgimento da biologia vitalista no século XIX, compreendiam “o corpo” como matéria inerte que nada significa ou, mais especificamente, significa o vazio profano, a condição decaída: engodo e pecado, metáforas premonitórias do inferno e do eterno feminino. (BUTLER, 2003, p. 186.)

Isto é, a invisibilidade do corpo da personagem contribui para o seu “não desregramento”, bem como a aproximação com a elevação divina, com o que há de puro e casto, porque se ela não se expõe, seu corpo “impuro” não será visto.

O corpo subalterno é aquele que sofre com a miséria e o abandono do poder público. A falta de condições básicas de sobrevivência empurra os indivíduos a desenvolverem atividades que corroboram com o mal cheiro e a degradação de suas corporalidades. Para tratar desse tipo de corpo, Elódia Xavier se vale do livro *Quarto de Despejo*, da escritora Carolina Maria de Jesus, uma narrativa que escancara a dureza de todos aqueles que habitam um espaço esquecido pela sociedade; tornando-se o quarto de despejo dos indivíduos sem perspectivas para ocupar outros lugares, além do *locus* da marginalização. É importante recuperar Foucault (1987) quando fala do apoderamento de corpos. Existe um poder exercido sobre os corpos que os fazem seguir regras e a ocuparem os espaços socialmente impostos. O corpo subalterno é aquele que possui as inscrições em sua pele de sua precariedade e de seu abandono no “quarto do despejo”. Indivíduos foram construídos pelo próprio sistema social, que

os levam a desacreditar de suas próprias vidas. Butler (2003, p. 187) expressa que “o corpo está sempre sitiado, sofrendo a destruição pelos próprios termos da história. E a história é a criação de valores e significados por uma prática significativa que exige a sujeição do corpo”. No livro, encontramos a voz de uma mulher silenciada, sujeitada às condições criadas pelo contexto histórico e social, com o sofrimento inscrito em seu próprio corpo, configurado como subalterno. Consoante ao que expressa Xavier (2021, p. 52) “Esse corpo subalterno é um corpo violentado pela fome, pela miséria circundante, pela degradação do espaço, pela reificação”.

Já quando se trata de corpo disciplinado, nos deparamos com uma ideia de corpo que segue os dogmas sem o surgimento de autocrítica. Uma forma corporal que foi moldada a acreditar que pode sofrer punição divina ou dos homens, caso adote posturas que não dialogam com os princípios de um sistema repressor da corporalidade feminina. A teórica Elódia Xavier utiliza a personagem Macabéa, do livro *A Hora da Estrela*, da enigmática escritora Clarice Lispector. A personagem não detém o controle de seu próprio corpo, inculcando ideias que a aprisionam e a impedem de acessar qualquer tipo de liberdade. Sobre corpos disciplinados, Foucault explana que,

A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. (FOUCAULT, 1987, p. 163.)

Macabéa é uma prisioneira de sua tia, que reverbera um paradigma inteiramente masculinista, inscrito em sua pele através de um construto cultural que leva muitas mulheres da ficção e da realidade a acreditarem que são culpadas por atitudes e situações promovidas pelo gênero masculino. Butler (2003) comenta que,

A distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do “corpo” que preexiste à aquisição de seu significado sexuado. Amiúde, esse “corpo” parece ser um meio passivo, que é significado por uma inscrição a partir de uma fonte cultural representada como “externa” em relação a ele. (BUTLER, 2003, p. 185.)

Esse tipo de corpo sofre forte interferência familiar, religiosa, escolar, sendo calcado para se tornar um ser amorfo e passivo diante de sua posição ocupada no mundo. Em conformidade com o que nos fala Xavier (2021):

O resultado visado é um só: a submissão às regras em todos os níveis. As instituições Família, Igreja, Escola e Estado- são agentes que contribuem para a dominação, que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceber ao dominante. (XAVIER, 2021, p. 63.)

No que concerne ao corpo imobilizado, identificamos um tipo de adestramento sofrido por personagens como a do conto *O Pai*, da autora Helena Parente Cunha, analisado por Elódia Xavier. Nesse conto a personagem principal tem um corpo imobilizado fisicamente e psicologicamente pela figura do pai, que mesmo após falecer, segue sendo uma barreira, que impede a personagem de abandonar a passividade. Seu corpo permanece aprisionado aos princípios impostos pelo seu pai. Sua vida está paralisada por causa de ideias misóginas que foram ao longo dos séculos perpetuadas e naturalizadas. Impõe-se pensar que o pai representa toda uma conjuntura masculinista que aloca a mulher no local da passividade e subserviência. Sobre essa questão, Butler (2003, p. 188) explana que “É resultado de uma estruturação difusa e ativa do campo social. Essa prática significativa efetiva um espaço social para o e do corpo, dentro de certas grades reguladoras da inteligibilidade”. Ou seja, são perpetuados princípios dentro das estruturas que servem de base para a continuidade do sistema vigente, que favorece um gênero em detrimento do *Outro*.

O corpo envelhecido é aquele que se encontra fora do que é propagado pelas fontes midiáticas, que pregam uma busca pela juventude eterna, desqualificando a velhice e inserindo os indivíduos de mais idade no lugar da marginalidade; por não se enquadrarem no padrão de beleza imposta pelo escopo social. A pesquisadora Elódia Xavier analisa a obra *As horas nuas*, de Lygia Fagundes Telles, narrativa que apresenta uma personagem possuidora de uma vida profissional e pessoal afetadas, negativamente, devido à chegada da velhice, principalmente por ter sido uma artista, isto é, trabalhou diretamente com a imagem. As mulheres sofrem com os padrões impostos, uma vez que na maioria das vezes são inacessíveis para o dia a dia. Sobre essa imposição de padrões de beleza, Naomi Wolf (1992) comenta que:

A "beleza" é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram. (WOLF, 1992, p. 15.)

Os idosos sofrem com a exclusão, o abandono, sobretudo a mulher idosa, que já não consegue manter o ideal de juventude tão alastrado no escopo social. Quanto a essa questão, Xavier expressa que (2021, p. 91) “Se a sociedade industrial em que vivemos marginaliza o idoso em geral, as mulheres sofrem mais os efeitos dessa marginalização, uma vez que a cultura dominante impõe-lhe padrões de beleza e juventude”.

No tocante ao corpo refletido, há uma busca desenfreada para seguir todos os arquétipos de beleza lançado pela mídia. É um corpo que como um espelho reflete todos os modelos, muitas vezes, inacessíveis e propagados pela sociedade. Essa forma corporal deseja ser como a atriz da novela, a modelo da passarela. Essa corporalidade reflexiva é alienada e apesar de estar em contato com o mundo exterior, a sua busca pelo corpo veiculado como perfeito, leva a se fechar em si mesma, criando uma realidade paralela, um mundo particular a partir do externo. Conforme Xavier (2021):

O corpo refletido está aberto ao mundo exterior, mas sua relação com este mundo é monádica (*monadic*), isto é, voltada para si mesmo, pois seus objetivos não se constituem fora de si. A assimilação sem limites dos objetos é uma forma de alienação, uma vez que fora do reflexo deste corpo não existe realidade. (XAVIER, 2021, p.121.)

De outro modo, o corpo refletido está alienado pelos paradigmas alastrados pela mídia, sem conseguir identificar a falta de conexão entre o que é disseminado e a sua realidade. Há uma lonjura entre um corpo midiático e o corpo da mulher real, que desempenha diversos labores ao longo do dia. As mulheres que saíram do espaço doméstico para conquistar o campo empresarial, foram libertadas de uma forma de coerção social, todavia outra maneira coercitiva surgiu: a ideologia da beleza, o culto à jovialidade. Wolf (1992) destaca que,

Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente. (WOLF, 1992, p. 13.)

As antigas práticas de coerção não surtiam mais efeito. Já que a conjuntura segue patriarcal, as instituições devem criar meios para manter a mulher prisioneira, por isso, agora as mulheres são prisioneiras de uma beleza ilusória, ditada pela mídia.

Expondo a respeito do corpo violento, podemos explicitar que se trata de uma corporalidade dotada de grande desejo de vingança e rancor. Um corpo que age com violência, que tem ímpeto diante do enfrentamento de princípios masculinista. A

revolução está inscrita nesse corpo inconformista. Importante destacar que o ambiente árido, sofrido, permeado por homens da família ou dos arredores extremamente impositivos, despertam esses sentimentos no corpo violento. Como Xavier discorre, através da narrativa *As mulheres de Tijucopapo*, de Marilene Felinto, na qual localizamos a personagem Rísia, que odeia o pai, por ele representar todo sufocamento infundido às mulheres pelo Patriarcalismo. Xavier (2021, p. 135) explana que “ São as regiões agrestes, com suas carências de todo tipo, as responsáveis pelo sentimento de vingança da narradora. O que justifica o corpo violento”.

Em relação ao corpo degradado, encontramos pela leitura de Elódia Xavier, um tipo corporal que vive um processo de deterioração ao se submeter à comercialização sexual, drogas e consequentemente, à ambientes depreciativos. Um corpo que sofre as consequências de uma vida promíscua, de excessos de parceiros e substâncias ilícitas. Tipologia que nos aproxima da dicotomia criada em torno do corpo e a alma, e que corroborou com a perpetuação da distinção entre homem e mulher. O homem vinculado a mente, enxergado como ponto de elevação; e a mulher relacionada ao corpo, visto como fonte de pecado e desvalor. Xavier (2021) nos explica que,

O pensamento hebraico, que marcou o Novo Testamento, para o qual não existe separação estreita entre corpo e alma, foi substituído por neoplatonismo, que via no corpo a prisão da alma. Com a desvalorização do corpo, a mulher também foi desvalorizada; com o desprezo pelo corpo cresceu também o desprezo pela mulher. (XAVIER, 2021, p. 145.)

Vejamos que essa associação do corpo à mulher foi uma ponte para a objetificação da corporalidade feminina, visto por muitos homens, ainda nos dias que seguem, como um utensílio para satisfazer seus próprios prazeres. Essa associação insidiosa promovida por uma conjuntura social preponderadamente androcêntrica e autocrática, leva ao apagamento identitário da mulher, que é diminuída e vista pelo lado corporal; um corpo objetificado e afastado de sua subjetividade. Xavier analisa essa tipologia corporal através dos contos *Tango Fantasma* e *Diana Caçadora*, de Márcia Denser, nos quais são inseridos personagens que realizam o ato sexual de forma mecânica e com uma variedade de parceiros, além da utilização de drogas e do espaço depreciado, gerando um corpo degradado pela falta de cuidado. Quer dizer, há de acordo com os preceitos religiosos que já foram muito utilizados para aprisionar a mulher, uma feiticeira, como aponta Silvia Federici (2017) ao dizer que a bruxa,

Também era a mulher libertina e promíscua — a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. Por isso, nos julgamentos por bruxaria, a “má reputação” era prova de culpa. A

bruxa era também a mulher rebelde que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura. (FEDERICI, 2017, p. 332.)

A bruxa era toda a mulher que não se intimidava diante dos princípios masculinistas e que vivia sua sexualidade de forma livre e plena, sem receio. Nos contos trabalhados por Xavier, pode ter uma falta de consciência das personagens sobre o que estão fazendo aos seus corpos, mas mesmo com corporalidades degradadas, elas vivem e exploram suas sexualidades se afastando de qualquer preceito, por isso poderiam ser vistas como “bruxas”.

Passemos a tratar do corpo erotizado, que é uma forma corporal, intensamente, apreciadora do prazer, sem deixar-se conduzir por modelos comportamentais direcionados ao corpo feminino, semeados por dogmas religiosos. Esse corpo se descobre e se redescobre a cada nova experiência, porque não há receio de viver seu prazer, muito pelo contrário, o prazer é encarado como um direito que perpassa por todos os corpos e que deve ser vivenciado inteiramente. Elódia Xavier (2021, p. 171) define o corpo erotizado como “Um corpo que vive sua sensualidade plenamente e que busca usufruir desse prazer, passando ao leitor, através de um discurso pleno de sensações, a vivência de uma experiência erótica”. O corpo erotizado feminino só foi possível através da luta feminista que questionava os dogmas sociais, em uma época em que o prazer, a imaginação erótica era algo direcionado ao homem. bell hooks (2015), indaga que,

O pensamento sexista ensinado às mulheres desde o nascimento deixou claro que o domínio do desejo sexual e do prazer sexual era sempre e somente masculino, que apenas uma mulher de pouca ou nenhuma virtude diria ter necessidade sexual ou apetite sexual. Divididas pelo pensamento sexista entre o papel de madona e o de puta, as mulheres não tinham base para se construir sexualmente. Felizmente, o movimento feminista desafiou de imediato os estereótipos sexuais sexistas. (HOOKS, 2015, p. 95.)

O corpo erotizado tem o intuito de alcançar o prazer, de exercer todo seu lado sexual, podendo sentir amor pelos corpos com os quais se relaciona, ou não, simplesmente, agir pelo gozo, desejo de momento. Para ampliar a temática do corpo erotizado, Elódia Xavier utiliza a obra *Através do vidro-amor e desejo* (2001), de Heloísa Seixas. Escritura que relata a vida de uma mulher experiente, casada, porém exausta da monotonia do dia a dia. Esse desprazer pela vida presente a conduz ao passado, quando viveu um amor adolescente revivendo sensações e prazeres que ficaram marcados em sua pele. Atentamos ao fato de como esse corpo se conhece, e esse

conhecimento promove um deslumbramento sexual, por despertar os sentidos e utilizá-los como veículo para alcançar a realização dos seus próprios desejos.

Já o corpo caluniado, aquele que, como o próprio termo sugere, trata de uma corporalidade que sofreu com calúnias, difamações no escopo social e, por isso se ver acometida por doenças físicas e psicológicas. Um corpo caluniado, é um corpo angustiado, porque não enxerga possibilidade de ver as mentiras ditas a seu respeito apagadas e esquecidas por todos. Elódia apresenta o livro *Infâmia* (2011), de Ana Maria Machado para explicar sobre essa forma corporal. A narrativa contém dois corpos caluniados, o da personagem Cecília, que comete suicídio, devido às mentiras contadas pelo seu esposo a seu respeito. O outro personagem detentor de um corpo caluniado é o Custódio, funcionário de uma repartição que ao descobrir as fraudes no ambiente de trabalho, e decidir denunciar os integrantes do esquema, acaba sofrendo com a calúnia ao ter seu nome envolvido nos desvios dos quais muito o desagradava.

Por último, mas não menos importante, discorreremos sobre o corpo liberado, uma forma corporal que se torna visível nos escritos femininos da década de 90. Um corpo liberado é um corpo que detém total poder de sua vida, sua história; que está imerso em um processo de autoanálise, de autoconhecimento. Redescobrimo-nos com o passar dos dias e de suas vivências, não se prende aos desmandos patriarcais. Esse corpo é livre para expressar seus desejos e os enxerga como formas positivas para se reconstruir em termos corporais e identitários porque um promove a elevação do outro. É experimentando que essa corporalidade liberada se refaz e se coloca dentro do escopo social, sem insegurança ou preocupação diante dos julgamentos. Sobre encarar positivamente os nossos desejos e de como eles nos auxiliam em nosso crescimento, bell hooks (2015) afirma que,

Em um mundo onde expressões positivas de desejo sexual nos conecta, todos seremos livres para escolher as práticas sexuais que afirmam e nutrem nosso crescimento. Essas práticas podem ir da escolha por promiscuidade ou celibato a ter identidade e orientação sexuais específicas, ou escolher um desejo desconhecido que é provocado somente pela interação e envolvimento com determinados indivíduos com quem sentimos a fagulha do reconhecimento erótico, independentemente de sexo, raça, classe ou até mesmo orientação sexual da pessoa. (HOOKS, 2015, p. 101.)

Um corpo liberto é aquele que não aceita a dependência amorosa ou familiar, capaz de alcançar uma felicidade plena consigo mesmo, sem esperar que o outro o traga satisfação e ânimo. Uma corporalidade disposta a vivenciar o novo, a desvendar os mistérios da vida e a não sofrer por escolher a liberdade. Mostramos a amplitude

desse corpo por meio da análise na obra *Muito Além do Corpo* (1988), de Luzilá Gonçalves Ferreira.

2.2 A questão da identidade

A busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme. Lutamos para negar, ou pelo menos encobrir, a terrível fluidez logo abaixo do fino envoltório da forma; tentamos desviar os olhos de vistas que eles não podem penetrar ou absorver.
(BAUMAN, 2001, p. 80.)

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, pensemos sobre o significado de identidade, que segundo o dicionário *Michaellis* (2008), dentre as diferentes acepções, diz que é “o conjunto dos caracteres próprios de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais, características físicas etc.”; no dicionário encontramos ainda que a identidade é aquilo que é exclusivo a uma pessoa. Mas se a identidade é algo intrínseco a uma pessoa, por que todas as mulheres foram impelidas ao longo dos anos a serem inexpressivas e imóveis? Se refletirmos por um momento, iremos concluir que a sociedade androcêntrica necessitava de mulheres com identidades fixas, que não se destoassem uma das outras, mas que permanecessem com a mesma postura em suas vidas públicas e privadas. Destoar do padrão significava subverter os desígnios sociais, e isso era, e é repellido pelos detentores do poder.

Muitos são os estudiosos que buscam entender a questão identitária na conjuntura social, entre eles destacamos Stuart Hall, com seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006). O sociólogo afirma a existência de três concepções identitárias: o sujeito do Iluminismo, que possui uma característica de individualidade. É o homem voltando-se para si, esquecendo-se que ele está inscrito em um contexto social, e que a interação com esse contexto molda a sua composição identitária. Nesse tipo de identidade, o homem segue com características e ponto de vista permanentes, sem espaço para quaisquer modificações. Hall (2006, p. 10) comenta que “O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior”. Reafirmando o que havíamos dito, o sujeito do Iluminismo é o próprio centro de toda razão e ação, mantendo-se inalterado ao longo do tempo.

Já o sujeito sociológico se opõe à ideia de sujeito do Iluminismo. Nessa concepção é a partir da interação com o meio social, que o indivíduo constrói sua identidade; não há uma autossuficiência no que concerne à construção da identidade. A constituição identitária não é algo meramente intrínseco. Mediante essa concepção não conseguimos alcançar a construção identitária, excluindo a relevância do contato do indivíduo com o meio. Nas palavras de Hall (2006):

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2006, p. 11.)

Nessa concepção identitária fica evidente a contribuição da conjuntura social na construção do indivíduo. É o lado exterior mesclado ao interior que constituirá um sujeito com uma identidade inscrita em sua mente e corpo. Outra concepção que Stuart Hall (2006) expõe é o sujeito pós-moderno, aquele que não possui uma identidade fixa, devido não só ao contato social, mas ao processo de globalização que nos proporciona o conhecimento de outras culturas, ideologias, religiões, política; todo esse contato com a vida do outro lado do continente, corrobora com a nossa instabilidade identitária. Estamos sempre nos moldando às novidades para nos adequar ao novo mundo. De acordo com o teórico Hall (2006) essa identidade,

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006, p. 13.)

Isto é, o sujeito pós-moderno não é um sujeito acabado. Ele está sempre por se fazer, por ampliar seu entendimento de mundo e de si mesmo; é o inacabado que faz dele um indivíduo capaz de se reconstruir sempre que necessário, à medida que vai em direção ao novo. Frisemos que a rigidez das identidades tem um caráter ilusório, uma vez que nada é estático na vida em sociedade. Ampliando o discurso, fitemos as palavras de Zygmunt Bauman (2001) que nos fala:

As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora. A eventual solidez que podem ter quando contempladas de dentro da própria experiência biográfica parece frágil, vulnerável e constantemente dilacerada por forças que expõem sua fluidez e por contracorrentes que ameaçam fazê-la em pedaços e desmanchar qualquer forma que possa ter adquirido. (BAUMAN, 2001, p. 80.)

De outro modo, seguindo as palavras do teórico, inferimos que a identidade fixa é abstrata, porque ela é tomada por forças sociais que a impele ao processo de incorporação do novo e conseqüentemente de reconfiguração identitária. Diante disso, é importante pensar que a nossa constituição identitária não parte só do que carregamos em nosso interior, visto que o “eu” não é passivo no processo de construção da identidade, e sobre essa questão Anthony Giddens, em seu livro *Modernidade e Identidade* (2002) comenta que,

O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações. (GIDDENS, 2002, p. 9.)

Mas embora o indivíduo não seja passivo diante do desenvolvimento identitário, é preciso não esquecer a significância do contato com o outro. Quer dizer, o escopo social com todas as suas forças, sobretudo a de fazer os indivíduos se enquadrem em identidades específicas; nos leva a comprovar que nossa identidade de gênero, por exemplo, foi fruto de uma construção cultural. A própria Simone de Beauvoir (1967) expressou:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (BEAUVOUR, 1967, p. 9.)

Apesar de a escritora ter possuído algumas ideias masculinistas sobre a capacidade feminina, sobretudo no que concerne a sua forma corporal e fortitude, ela já identificava no século 20 o quanto a mulher era oprimida e levada a ocupar a posição de figurante no meio social. De outra forma, a mulher se torna mulher porque a levam a ser vista como inferior intelectualmente e fisicamente, alocando-a na condição do *Outro*. Ampliando nossa discussão a respeito desse assunto, Contardo, no livro elaborado em parceria com Maria Homem e denominado *Coisa de Menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo* (2019) afirma que:

[...] Talvez, os dois gêneros só existam no papel, por assim dizer, e o que temos de fato são corpos que se distribuem num contínuo de variantes possíveis, entre a “mulher” e o “homem”. Em cima dessas diferenças entre os corpos físicos, que já são problemáticas, é como se nós fôssemos colando pedaços de história, linguagem, educação... (CONTARDO; HOMEM, 2019, p. 10.)

Em outros termos, a formação da identidade de gênero ocorre através da influência histórica, linguística e educacional. A história nos mostra a força e o poder

atribuídos aos homens, que sempre ocuparam o posto do protagonismo, enquanto as mulheres foram induzidas às sombras do destaque público. A linguagem, quando somos ensinadas que não podemos nos expressar igual aos homens; e a educação que segue perpetuando a dicotomia entre homem/ mulher. São pontos que contribuem para a continuidade do sistema patriarcal.

Já Judith Butler(2003) apresenta uma ideia de identidade que parte do que está institucionalizado juridicamente e socialmente do ponto de vista dos sexos e gêneros binários, isto é, a concepção de masculino e feminino norteia todo o processo de construção identitária de uma pessoa, levando-a se portar e a escolher a partir do seu enquadramento de gênero. Para a teórica, a identidade parte das práticas discursivas, através do dito e a difusão do que é correto para cada gênero seguir; gêneros esses que são moldados pelo próprio escopo social. Há uma regularidade de perfis identitários, porque eles partem do que foi imposto pela conjuntura social, não é essencialmente interior, mas, inclusivamente, exterior. É o contato com o meio social que dirá a que gênero (feminino/masculino) o indivíduo pertence e esses gêneros já possuem características firmadas, criando dessa maneira estereótipos que contribuem com a manutenção de um sistema que ignora e exclui a diversidade, que extrapola o ser “homem” ou ser “mulher”. Butler (2003), argumenta que,

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres, cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2003, p. 38.)

Essa construção identitária a partir do ponto de vista heterossexual, aloca todas as outras formas de identificação como simples falhas, que fogem dos padrões culturais, políticos e sociais, não reconhecendo as diversas orientações sexuais e identidades de gênero existentes.

Diante dessa nossa breve explanação a respeito das concepções de identidade, vamos partir para a análise da obra *Muito Além do Corpo* (2016), percebendo a constituição identitária da personagem denominada apenas de “Eu”, como não-fixa e desapegada de qualquer concepção patriarcal. A sua identidade se renova a partir do contato com o meio externo. Há uma experimentação do Mundo que a possibilita deslocar suas identidades e a se reconstituir enquanto mulher que detém domínio e um visível autoconhecimento de seu corpo, além de uma valorização de sua beleza e maturidade, sem desejar a imposição da jovialidade midiática.

3. “MUITO ALÉM DO CORPO”: uma escrita pernambucana e uma análise da corporalidade feminina

Um livro é um mistério, parte da gente que se vai buscar por estradas insabidas, que se constrói apesar da gente, e é espanto como o é um filho: de onde me veio a força de inserir no mundo algo tão meu e tão alheio a mim? Tão meu e tão do outro, eu e o outro, eu e as outras, exercício de mergulho em mim mesma. (FERREIRA, 2016, págs. 45 – 46.)

Luzilá Gonçalves Ferreira é uma escritora pernambucana que vem resgatando as mulheres esquecidas da concretude histórica do país. Uma estudiosa da história das mulheres, doutora em Literatura, professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco. É integrante da Academia Pernambucana de Letras desde 2011, onde está sentada na cadeira de número 38. Soma um total de 36 livros escritos individualmente ou coletivamente. Nascida em Garanhuns, estudou Estudos Literários na Universidade Paris VII. Mãe de três filhos. Elegeu Recife como a cidade de coração.

Pode ser vista como uma escritora política, utilizando as palavras de Heloisa Buarque de Holanda, professora, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e amiga de Luzilá Gonçalves: porque ela faz do ato de escrever, uma forma de desbravar os caminhos para o gênero feminino, questionando e buscando mudanças ao criar figuras femininas transgressoras e de nítida importância para a construção e destino do Brasil. Escreveu obras que nos fazem refletir sobre a posição feminina na sociedade ao longo dos séculos e o seu apagamento da história do país.

Livros como *A Garça Mal Ferida* (1995) que retrata a vida de Anna Paes D'Castro, uma brasileira do século XVII, provida de uma forte ligação pelas terras brasileiras. Nessa narrativa somos transportados para um Brasil já muito distante de nós e levados a pensar, sobretudo, a respeito do espaço feminino nos âmbitos que extrapolam o domiciliar. Anna Paes subverte os preceitos e se mostra uma mulher destemida, decidida, que medeia conversas; dona de um poder retórico, indo no sentido contrário do que era pregado sobre a capacidade intelectual feminina. Segundo Maria Suely de Oliveira Lopes (2013):

A autora de *A garça mal ferida* (2002) desloca o ponto de vista da narrativa e elege a mulher como sujeito da história, consagra em

Pernambuco o romance baseado nas lacunas da história brasileira, focalizado desta vez no episódio da invasão holandesa no Nordeste. (LOPES, 2013, p. 82.)

Em outrora, como já sabemos, a capacidade intelectual das mulheres era posta em dúvidas, relegada ao segundo plano, posto que o tido como importante para o gênero feminino não era o conhecimento sobre as questões públicas, mas os trabalhos manuais do espaço doméstico.

Já em *Humana, Demasiado Humana* (2000) encontramos uma narrativa biografada de Lou Andreas Salomé, uma psicanalista que viveu à frente de seu tempo, e de uma forma pouco convencional. Baseada em documentos, correspondências, Luzilá desenvolve uma obra envolvente a respeito de uma mulher que nasceu durante o século XIX. Durante o desenrolar da escritura, vamos encontrar passagens de fatos históricos do contexto vivenciado pela figura feminina e toda a sua construção psicológica de menina à mulher. Conforme Anamelia Dantas Maciel (2011):

Demonstrando conhecimento a respeito das teorias psicanalíticas, Luzilá Gonçalves Ferreira apresenta na sua narrativa uma análise psicológica do comportamento de Lou Andreas Salomé ao longo da vida, colocando no texto suas próprias interrogações e as de muitas mulheres, a respeito das relações afetivas. (MACIEL, 2011, p. 108.)

No livro são exploradas as diversas relações amorosas vividas por Lou Andreas, sobretudo o triângulo amoroso entre ela, Paul Reé e Friedrich Nietzsche e como essa mulher lidava com os estudos e os casos amorosos concomitantemente.

Em *Voltar a Palermo* (2002), Luzilá Gonçalves descreve os aspectos sociais e políticos de Buenos Aires, ao retratar o sistema ditatorial que assolou não só a Argentina, mas tantos países sul-americanos. Além de retratar a ditadura em terras argentinas, apresenta aos leitores a história de amor entre Maria, uma professora brasileira e Nino, um motorista argentino. Os dois se conhecem em Palermo, bairro de Buenos Aires. Todavia, ele era casado com uma mulher que sofria de uma doença mental, situação que os afastou. Mais madura, Maria retorna ao Palermo decidida a encontrar Nino. Lá, ela descobre que ele foi levado pelo regime governamental. Uma história de amor e engajamento, que vale a pena ser apreciada. Moisés Monteiro de Melo Neto, professor da UPE, comenta em seu blog *Arte, Política e Afetividade* que,

Em “Voltar a Palermo” ela mostra uma fêmea em busca de si mesma e de um tempo que talvez seja reencontrado. Há passagens que nos lembram Mauro Mota: “Abri a janela e de súbito Buenos Aires inteira foi minha, sua paisagem cinza e seus cheiros me penetraram, como nos penetra o cheiro da pessoa amada. Era uma mistura de odores vários, gasolina e óleo queimado, fumaça e poeira, mas igualmente perfume de flor, beleza a se esparramar ao longo da neve de julho, que nome tinham

aquelas árvores? Um dia eu soubera, quando ainda não havia deixado Buenos Aires e a cidade era como uma extensão do meu corpo”.
(NETO, 2018, n.p.)

De outra maneira, a personagem feminina ao tentar reencontrar pessoas por quem nutria uma certa afeição, está na verdade tentando encontrar a si mesma. Esse encontro identitário da figura feminina, é uma temática predominante na obra da escritora. O anseio por se refazer enquanto mulher que não se sente confortável onde está. São personagens ativas, donas de seus próprios caminhos.

No Tempo Frágil da Horas (2003) existem pedaços de um tempo em que a mulher era direcionada às prendas domésticas. Afastadas de uma vida pública ativa, era obrigada a casar por conveniência com homens, geralmente, mais velhos. Foi o que ocorreu na vida da baronesa Antonia Carneiro da Cunha, personagem principal da narrativa. Luzilá reconstrói toda a trajetória dessa figura que compõe a narrativa histórica. Sobre a importância do trabalho da escritora com figuras femininas históricas, a pesquisadora Karine Rocha (2015), expõe que,

Através da ideologia feminista, que se inicia ainda no século XIX, mulheres como Luzilá Gonçalves podem questionar se as mulheres brancas da colônia seriam anestesiadas sexualmente, se suas naturezas eram passivas ou não. Escritoras dos séculos XX e XXI desabotoam aqueles vestidos sufocantes das sinhás e sinhazinhas e mostram que o desejo e a ânsia de amar estavam presentes nos corpos femininos, que antes de qualquer coisa, eram humanos. (ROCHA, 2015. p. 116.)

Luzilá Gonçalves mescla em sua narrativa indivíduos que realmente estiveram vivos em um ponto da história, imaginação, ficção e uma outra construção feminina, afastando-as de estereótipos e princípios masculinistas sufocantes. Uma curiosidade sobre esse livro é que ele surgiu a partir de uma fotografia da baronesa Antonia, vista por Luzilá, na casa de uma amiga chamada Alzira Guerra, neta do senhor que comprara o engenho Tamataúpe, local onde Antonia vivera.

Os Rios Turvos, escritura publicada em 1993, recebeu o prêmio Joaquim Nabuco, da Academia Brasileira de Letras. Livro de grande consistência estética e erudição. Deparamo-nos com a vida do poeta português Bento Teixeira, criador do poema “Prosopopeia”, que embora tenha sido escrito em terras portuguesas, é considerado o poema inaugural do Barroco no Brasil. Romance histórico que nos conduz de volta ao Brasil do século XVI, e nos escancara de forma ficcional as veredas de Bento Teixeira e sua esposa Filipa Raposa, que mostra maior desenvoltura para o campo da escrita do que o próprio poeta, além de denotar um caráter de insubmissão aos desmandos de seu esposo. De acordo com Maria Suely de Oliveira Lopes (2013):

Diante desse forte caráter historiográfico, e por tratar de fatos e personagens históricos bem conhecidos, a obra pode ser considerada como romance metaficcional historiográfico. Logo, a distância entre o tempo da publicação do romance e da história narrada – século XX e século XVI, respectivamente – é fator fundamental para o desencadeamento das significações subjacentes ao texto, o que possibilita a construção de personagens complexas, permitindo uma nova leitura do espaço da mulher na história brasileira. (LOPES, 2013, p. 81.)

Essa postura de Filipa Raposa se opõe ao esperado das mulheres no contexto do Brasil Colônia, isto é, nesse escrito somos conduzidos a recriar uma imagem feminina e a repensar o lugar e a relevância da mulher durante o desenvolvimento do nosso país.

Muito Além do Corpo, obra publicada originalmente em 1988, foi agraciada com o prêmio Nestlé de romance. Um livro que apresenta o universo feminino de forma psicológica e reflexiva ao tratar de uma personagem-narradora envolvida pelo amor de dois homens, uma figura feminina de 40 anos, destituída de filhos e de qualquer norma imposta pela sociedade androcêntrica. A escritura não cita os nomes dos personagens, eles são tratados por meio dos pronomes pessoais do caso reto: eu, tu e ele. Uma forma de aproximar e de generalizar a situação vivenciada pela personagem principal. Moisés Monteiro de Melo Neto (2018), comenta sobre essa obra que,

Há que se considerar também a poeticidade enxuta, uma “interferência lírica”, como ressaltou o mestre Adonias Filho, que “assegura por sua vez o acabamento ficcional em todas as suas exigências literárias”. Luzilá vai “muito além do corpo”, até os limites da imaginação, do intimismo, buscar o reconhecimento do ser humano, como o francês Proust, em outra perspectiva, tentou no seu “Em busca do tempo perdido”. É o horror e a surpresa refrescante de uma intelectual vendo chegar o (analisado previamente e idealizado) amor (NETO, 2018, n. p.)

Primeiro, ela apresenta a sua relação amorosa com um companheiro de longa data, com o qual existe uma intensa ligação, contudo ela deixa explícito que não necessita dele para ser feliz, ele é felicidade a mais, e não toda a sua felicidade. Em seguida, a personagem fala sobre si, e nesse momento, notamos a importância do hábito da leitura para a sua construção identitária, enquanto mulher liberta das amarras das convenções sociais.

Depois, a personagem-narradora apresenta “ele”, que é o rapaz 20 anos mais jovem, por quem ela sente uma paixão repentina e revigorante. Os dois vivem intensamente esse sentimento, até o momento em que a personagem principal é surpreendida pela perda do jovem amado, jovem que a fez se descobrir mais jovem,

mais intensa e consequentemente, acrescentou contentamento ao seu dia a dia. O que encontramos nessa obra é uma personagem feminina que por meio do seu corpo se descobre e se redescobre, sem culpabilização ou amarguras. Ela vive intensamente e carnalmente as paixões que lhe aparece, porque o corpo dessa personagem não é caminho de aprisionamento ou de culpabilidade, mas uma vereda de libertação das imposições sociais disseminadas no escopo social. Ainda de acordo com Moisés Monteiro de Melo Neto (2018), que em seu blog, expressa seu ponto de vista sobre o trabalho estético e literário da escritora, ao dizer que,

Luzilá não precisa turvar águas para parecer profunda. Ela tem autenticidade verbal. Seu romance é como a ponta de um iceberg: faz-nos supor o que não se escreveu. O familiar nela torna-se fonte de estranhamento. Joga com o leitor, surpreende-o com pequenas armadilhas, busca sua cumplicidade ao mesmo tempo oferece fruição estética. Com ela mergulhamos num universo feminino poético essencial fascinante, insinuante, compacto, sugestivo (NETO, 2018, n. p.)

Esse livro será averiguado de forma mais aprofundada, mas de antemão precisamos reconhecer a significância dos escritos de Luzilá Gonçalves Ferreira para a Literatura Pernambucana, sobretudo para a de Autoria Feminina. O que essa literata vem construindo a partir da transgressão feminina em suas obras, fazendo leitores se questionarem sobre a lacuna existente no que concerne ao protagonismo da mulher ao longo história e as interferências sociais sobre suas atitudes e o próprio corpo feminino, é algo de grande valia para a desconstrução de paradigmas que ignoram a força e a capacidade feminina para se colocar como agente ativo desse escopo social.

3.1 Análise de uma corporalidade feminina

Na obra supracitada identificamos uma personagem-narradora dotada de um alto grau de conhecimento de si mesma e do mundo. Uma mulher de 40 anos, sem filhos e dividida entre o amor de dois homens e esse sentimento fragmentado não ocasiona apreensão ou culpabilidade. Melhor dizendo, se trata de uma mulher desvencilhada dos princípios dogmáticos disseminados pelo escopo social.

É uma personagem que ao experimentar o mundo através de seu corpo – veículo de construção de uma nova essência identitária – rompe com os padrões sociais, que cobram da mulher uma dedicação plena a um único homem, aos filhos, além de pudor e submissão. Em outras palavras, uma figura feminina bem adversa da constituição identitária da mulher no sentido sociológico e literário que observamos ao longo das épocas. *Em Muito Além do Corpo* (2016) vamos encontrar uma identidade

feminina constituída pelo domínio de seu próprio corpo, ausência de medo de viver novas experiências e uma intensa vontade de se redescobrir a cada momento amoroso.

Pensemos que se essa experiência amorosa fosse vivenciada pelo homem, não causaria desconforto, tanto como causa a traição praticada pelo gênero feminino, porque o sistema político patriarcal reserva à mulher o espaço da subalternidade, silenciamento e culpabilização. Ao homem é cedido a ascensão social; à mulher o enclausuramento doméstico, e aquelas que se furtam das prendas domésticas, precisam conciliar as atividades públicas com as privadas. Como afirma Simone de Beauvoir (1967, p. 452) “Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano”. Por outra forma, a mulher para ser feminina precisa ser recatada e subserviente. Possuindo corpos, mas não detendo o poder sobre eles, ocupando o lugar de cativas dentro de um sistema comandado pelo gênero masculino.

O que encontramos na obra de Luzilá Gonçalves é uma personagem que não se sente reprimida pelas convenções sociais. Ela não nasceu para ocupar o lugar de objeto e presa do outro gênero. Logo nas primeiras páginas nos deparamos com a seguinte passagem:

Amo este corpo único e insubstituível, entre milhares de corpos circulando ao redor de mim. Por que este e não outro, como o saber, se o mundo está cheio de corpos lindos e desejáveis? Nunca o soubera explicar. Ou antes: sim. Havia algo além daquele corpo, que o ultrapassava e lhe dava um sentido que tu mesmo ignoravas. E eu: apenas pressentia. (FERREIRA, 2016, p. 14.)

Observemos nessa passagem que a personagem está imersa em uma reflexão sobre os sentimentos que cultiva em torno de um corpo específico, o do seu companheiro, que embora já apresente sinais do tempo, ainda existe o desejo de estar perto daquela forma corporal. Ela tem consciência da existência de corpos mais graciosos e desejáveis, mas também compreende que a força de uma afeição vai muito além da corporalidade, do que é palpável. Existe uma transcendência da forma corporal, quer dizer, o querer bem a um indivíduo vai além do seu corpo. Há a compreensão de que se pode escolher qual porta do destino abrirá, e essa liberdade de escolher portas, e decidir com quem deseja seguir, mesmo sabendo que há um mundo de possibilidades, a faz detentora de um corpo liberado. Elódia Xavier (2021, p. 212) comenta que “quando se tem a chave do mundo, tem-se a liberdade de escolha de abrir a porta desejada. E esta liberdade vem respaldada pelo amadurecimento, pela longa e dura aprendizagem”.

A possibilidade de escolher um parceiro de vida, por livre e espontânea vontade, não significa que só dessa maneira alcançará a completude enquanto mulher. Estar ao lado de um homem não é sinônimo de estar inteira, pelo contrário, a personagem deixa claro que ele apenas soma alegrias em sua vida; mas que seria completamente capaz de seguir contente diante da ausência do companheiro. O amor por esse homem é um suplemento, não o repositório de toda sua felicidade de viver. Há felicidade e formas de se sentir realizada que ultrapassa o campo que engloba companheiro/ filhos. Comprovemos através de Ferreira (2016, p. 19) que escreve “Sou feliz sem ti como sou feliz em ti. Se por qualquer razão desaparecesses de minha vida, continuaria feliz. És felicidade a mais, beleza a mais”. Atentemos que diferentemente do que é esperado para uma mulher que sonha em encontrar um companheiro de vida, esse corpo liberto se afasta dessa concepção de amor, no qual os indivíduos se completam e só alcançam a plenitude na presença do ser amado. Há um rompimento da ideia romântica ofertada às mulheres pelo sistema patriarcal.

Em outro trecho localizamos um corpo feminino subversivo, uma vez que ele tem completo entendimento sobre seus desejos e prazeres. Um corpo que busca realizar-se enquanto mulher conhecedora de sua sexualidade e sensualidade. Ferreira (2016):

Eu te descobria, descobria teu corpo amante e amado, e minhas mãos te percorrendo inventavam mundos, paisagens, rios onde eu bebia e afogava aquela parte de mim que por ti ardia, e florestas obscuras onde o desejo se perdia e de onde eu emergia mais inteira e resplandecente. E havia riachos translúcidos e cachoeiras que me arrastavam, e de onde, sem saber, como eu voltava súbito, o corpo repousando numa ilha que antes não divisara, mergulhada em minha própria vertigem, toda entregue à alegria do após-amor. Teu corpo era tua dádiva para mim, e eu recordava Wilde, o amor é um sacramento que deveríamos receber de joelhos, *Domine non sum dignus*. (FERREIRA, 2016, p. 25.)

O corpo masculino torna-se o caminho para o arrebatamento amoroso da figura feminina da narrativa. A personagem demonstra domínio sobre o ato sexual com o ser amado, ato esse que a leva a outros espaços, simbolizando seu êxtase, sua realização carnal. Apetece pensar que a postura da personagem em seus momentos íntimos foge do que a sociedade cercada por ideias masculinistas espera de uma mulher. Ela não é inexperiente, não se deixa guiar apenas pelo companheiro, mas pelos seus próprios quereres. Não há um corpo passivo, que apenas espera a ação do corpo masculino. É um corpo feminino ativo. Não há a existência de uma inatividade, mas de uma corporalidade liberta.

Enquanto o corpo refletido está aprisionado às ideias midiáticas de uma jovialidade eterna, uma busca insensata por seguir um modelo incoerente e cruel; o corpo liberto não possui quaisquer amarras ao paradigma de beleza feminina reverberado pelos diversos espaços sociais. Vejamos a seguinte passagem, que reafirma o nosso comentário:

Levei tempo para entender que sou tantas, coabitando neste invólucro que me deram, corpo que carrego há mais de quarenta anos, com uma alegria sempre crescente. E ninguém me pergunte o porquê deste adjetivo, se os anos começam a se fazer presentes nas rugas do rosto, na pele do corpo, num certo cansaço que eu não conhecia ao subir uma escada às pressas, como sempre fiz. (FERREIRA, 2016, p. 40.)

A personagem sente as marcas que estão surgindo em seu corpo, devido à passagem dos anos, todavia ela não possui frustração diante dos efeitos sofridos, pelo contrário, há uma nítida felicidade de ser exatamente como ela é. O tempo só acresce sua felicidade, porque a vida é para ser apreciada em todas as suas fases e as experiências acumuladas corroboram com o entendimento de que só há vida no agora. Inferimos que a personagem detém essa compreensão de vida. Em outra passagem é reforçada essa ideia de mulher bem resolvida com seu corpo e com as marcas do tempo em seu rosto, reparemos:

De onde lhe vem esse sentimento de estar tão em paz com um corpo que nada tem de particularmente atraente?
Já me perguntei isso um dia, mas de leve. Nunca desejei ser mais bonita, pernas longas, cintura mais fina, olhos verdes, coisas assim, que até admiro nos outros. (FERREIRA, 2016, p. 40.)

Partimos para outro trecho do livro, que apresenta uma identidade sempre em construção, porque não chegamos ao ponto da completude, uma vez que vivemos em interação com o meio. Como já dizia Gonzaguinha, em sua canção *Caminhos do coração* (1982) “Toda pessoa sempre é as marcas/ Das lições diárias de outras tantas pessoas”. Bem retornarmos ao fato de que a construção da identidade de gênero é algo permeado pela cultura, e perpassando o campo cultural e sociológico, é nítida a busca por um enquadramento do que cada indivíduo é e deva ser eternamente, porque em seus corpos estão inscritos “identidades fixas”; essa é uma maneira de disseminar ideias misóginas. As pessoas não podem ser determinadas entre forte e frágil, negativo ou positivo, superior ou inferior, devido à perpetuação de ideias biológicas. Contardo Calligaris (2019, p.12) comenta que “Não, homens e mulheres não são identidades fixas, não é tão simples assim, não são identidades que derivam apenas do corpo que eles têm”. Partindo disso, trazemos um outro excerto de Ferreira (2016):

Sou várias, mutável, tecido formado de diversas fibras, desde o mais leve algodão natural e rústico, aos fios sofisticados e inquebráveis, transparentes, quase invisíveis. Entre uns e outros, todas as nuances, mulher é coisa complexa, incompleta felizmente. Sempre a se fazer. (FERREIRA, 2016, p. 41.)

Nesse fragmento constatamos não só a incompletude feminina, mas a significância dessas lacunas na composição do ser humano. A personagem diz que felizmente é incompleta, isso abre espaço para pensarmos quando Xavier (2021, p.197) nos diz que “A aceitação da ‘inconstância’, isto é, da fluidez, significa a liberação de esquemas predeterminados, coercitivos e repressores, própria de um *corpo liberado*”. Uma corporalidade fluida, inacabada do ponto vista identitário, é um corpo que não se sujeita aos desmandos do sistema patriarcal, que está sempre em busca de se redescobrir para não estacionar.

Em outro fragmento vamos analisar a função dos livros para a construção identitária da personagem, principalmente no que diz respeito ao afastamento do modelo social, que aloca a mulher em um espaço de timidez, capacidade intelectual duvidosa e desconhedora de seu próprio corpo. Lemos:

Nunca me espantarei bastante: de como os livros me formaram, a menina devorando, decorando, nem sempre entendendo, armazenando palavras e sensações para a vida, esgotando a biblioteca pública, dois livros por semana, romances, diários, novelas, poemas, que lhe entregavam séculos de existências que ela tornava suas. Voltava da biblioteca ciumenta, os tesouros sob o braço, e na rede do alpendre, e na cama, antes de dormir, a fala silenciosa dos que haviam partido tantos anos antes que a menina viesse ao mundo tornava-se presença nela, amigos repartindo experiências, descobertas, ah, a vida era bela e se tornava coisa concreta, os encontros e desencontros dos seres imaginários penetrando nela curiosa, ávida, sorvendo tudo com uma apetência de felicidade que sempre me maravilhou. (FERREIRA, 2016, p. 45.)

Os livros foram fundamentais para a construção do seu corpo liberado. Pensar a mulher ao longo da história, apartada dos círculos intelectuais, dos livros que são as principais ferramentas de libertação e autoconhecimento; é inferir os motivos pelos quais a sociedade androcêntrica direcionou o gênero feminino aos afazeres do lar, as atividades simples, mas nunca à atividade do pensar, do refletir sobre suas vidas e seus corpos. A lonjura dos livros contribuiu e segue contribuindo para a constituição de tantos corpos disciplinados, subalternos, degradados, refletidos e poucos corpos liberados, que buscam o enfrentamento ao se recusar a seguir um caminho pré-definido.

Seguindo com a análise nos voltemos para a ideia de mulher caracterizada como frágil, sem condições físicas e psicológicas de superar obstáculos e dores sem a presença de outrem – do gênero masculino, já que foi criada a concepção do macho alfa que protege a fêmea dentro do círculo social. A personagem reflete sobre a temática da felicidade e se mostra consciente ao comentar que não há uma felicidade plena. Toda alegria vem acompanhada de algum sofrimento, e não há evidência de medo em suas palavras, quando ela fala da solidão. Ferreira (2016, p. 49): “Ter medo da solidão é ter medo de si próprio. Enfrentar, enfrentar a si próprio”. Vejamos que ela fala que a solidão só afeta aquele que tem medo de encarar a si próprio. Enfrentar a si é um ato de destemor, posto que é simples ignorar os nossos medos mais profundos, quando temos companhia, todavia quando estamos sozinhos e precisamos lidar com tudo que somos e carregamos em nosso íntimo, a situação é envolta por uma complexidade, que desperta um amedrontamento em alguns indivíduos, levando-os a se furtar do encontro consigo. Como preconiza Ferreira (2016):

Nunca a experiência do sofrimento me empobreceu ou enfraqueceu. Dessas viagens ao tão-longe em mim, de curta cronologia mas de profundidades abissais, nunca emergi menos inteira e radiosa. Como se o contato com a dor tivesse feito explodir as crostas que impediam a respiração. (FERREIRA, 2016, p. 49.)

Em outros termos, que adentrar em si mesma nunca a fragilizou e chega a reconhecer a importância de navegar em seu íntimo para a sua reconstrução, enquanto mulher destemida e dona de seu corpo. Aqui, há a descrição da necessidade da solidão em certos momentos da vida para o nosso autoconhecimento. O vocábulo “solidão” utilizado frequentemente de maneira negativa possui para a personagem uma funcionalidade no que diz respeito a sua reconstrução, podendo ser visto como uma característica positiva. Solidão é a oportunidade de permitir se encontrar consigo mesma e de se recompor quantas vezes for preciso.

Partimos agora para o momento em que a personagem conhece uma nova figura masculina, personagem que a fez rever todos os conceitos que foram impostos à mulher durante séculos, quando ela nem habitava a sociedade, todavia que foram reverberados com tamanha força que se seguem até os dias vigentes. Antes de começarmos a análise do “Ele” que surgiu entre o “Eu e Tu”, fitemos no seguinte fragmento de Ferreira (2016):

O que durante meses me desarvorou. Todas as minhas ideias sobre o amor, sobre mim, eram postas em questão, eu tendo de revisar as familiares e aceitas habituais noções de fidelidade, exclusividade, ciúmes. E despojando-me do preconcebido e decidido pelos outros, antes mesmo que eu existisse, cheguei a me encontrar única e

irrepetível, mulher com quem principia a História. (FERREIRA, 2016, p. 36.)

Observemos que a personagem utiliza o vocábulo “desarvorou” para qualificar o seu estado inicial diante daquela nova experiência que estava por surgir. Em outras palavras, ela estava erguida, arvorada e, de repente, se viu despencar, porque ela já tinha uma concepção construída a partir de tudo que lhe foi repassado sobre o amor e a conduta feminina no escopo social. Mas as nossas identidades não são fixas, e seguem se moldando ao longo de nossas vidas e do contato com o novo.

A personagem principal da obra necessitou rever todas as suas ideias preconcebidas, que foram perpetuadas por outros. Giddens (2002, p. 13) afirma que “Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções”. De outro modo, diante da dialogicidade que existe em nível local e global, os indivíduos se descobrem dotados de outras identidades. Composições identitárias que já estão distanciadas dos princípios tradicionais, principalmente àqueles inerentes à condição feminina, e as noções do que é certo e errado, estabelecidas por um paradigma predominantemente masculinista. Paradigma que não está preocupado em favorecer, ou libertar a mulher, mas em aprisioná-la de forma simbólica ou por meio da força bruta; maneiras indignas e indigestas que subjagam e ceifam vidas femininas diariamente. Analisemos no excerto já citado, o momento em que ela diz “ cheguei a me encontrar única e irrepetível, mulher com quem principia a História”. Ou seja, a personagem se deu conta que aceitar viver duas histórias amorosas, concomitantemente, era algo único, isso fazia com ela se tornasse irrepetível. Uma mulher principiando uma nova História, umavivência feminina subversiva.

Sigamos para o encontro com o “Ele”, que apareceu na vida da personagem durante uma sessão de cinema, na época junina. Estavam os dois naquela sala, desacompanhados em uma noite de festa. Eles se reconheceram em seus desamparos e naquele mesmo dia resolveram reunir seus corpos que também se identificaram. Miramos em Ferreira (2016):

Nunca me havia acontecido antes também: que um corpo desconhecido inventasse com o meu os caminhos que nos inventamos naquela noite, que foi curta. De onde te vi antes, diziam as mãos passeando pelo dorso, e os lábios buscavam correspondências macias [...] Em silêncio nos amamos por séculos, e choramos por nós mesmos, pelos desencontros dos outros, pelo encontro que se fazia no limite daquelas quatro paredes [...] (FERREIRA, 2016, p. 81.)

Observemos o fato de que a personagem antes de se envolver com esse homem mais jovem, se sentia perdida sem saber o que fazer com o que tinha-lhe aparecido, mas ao aceitar o novo, ela reconstrói a sua identidade, desvencilhando-se cada vez mais dos princípios dogmáticos. Sobre isso Xavier (2021, p. 213) comenta que “A construção das identidades se assemelha à construção de um quebra-cabeça, ao qual faltam sempre peças, ficando, portanto incompleto”. Antes a personagem ainda estava imersa em ideias impostas socialmente à mulher, mas quando ela decide não rejeitar viver esse novo romance, sem ter-se afastado da antiga relação, ela subverte o sistema patriarcal, que apaziguaria a situação se fosse vivida por um homem. Mas como se trata de uma mulher, a sua decisão de viver intensamente uma paixão com um homem mais moço, mesmo sendo comprometida com outro, gera ainda em uma parcela da sociedade uma certa perplexidade e incômodo. Esse afrontamento da personagem faz com que ela habite um corpo liberado.

Adiante vamos nos deparar com a personagem retornando para o seu antigo companheiro, e diferente do que esperaria a sociedade, o seu retorno não possui culpabilidade ou receio. Como nos revela Ferreira (2016):

Não, não era sentimento de culpa – culpa de quê, quando só fizera amar? –, de falta? – de te ter talvez enganado, de ter ofertado a outrem o que te era devido somente a ti, uma traição à beleza. Queria me sentir – logo me senti inocente, isenta. Livre para repartir o meu amor, e que ele se multiplicasse ao infinito. (FERREIRA, 2016. p. 82.)

Percebamos que nas palavras da personagem não há um sentimento de culpa pelo ato vivido com um homem que não é o seu companheiro de longos anos. Provavelmente, quem aprecia o livro pela primeira vez, esperaria uma postura contrária dessa figura feminina. Mas é importante pensar na significância desse rompimento com o padrão social, ao não seguir o esperado, ao se reinventar e experimentar o mundo e todas as suas possibilidades sem receber a carga da culpabilização oferecida pelo *status quo*. Em seguida, ela apresenta esclarecimentos em torno da ausência de culpa ou medo do que estava vivendo. A figura feminina dotada de perspicaz cambia a ideia de traição, palavra que nortearia a situação na qual ela estava imersa pela representação do amor. Em sua concepção, ela não estava traindo o companheiro, mas sim partilhando amor com outrem. Ao utilizar a ideia do amor, e não demonstrar arrependimento ou apreensão, a protagonista direciona a narrativa para um caminho de protesto sobre algumas temáticas que são vistas como tabus, quando se trata do gênero feminino; e também a leveza, a ideia de transcendência da corporalidade e, consequentemente, a prevalência emocional que permeiam o monólogo a partir da utilização do termo “amor”.

Continuemos explorando a nova experiência amorosa que a tomou de repente e a fez rever a concepção de relação entre homem e mulher, contribuindo para o surgimento de um novo jeito de encarar a realidade, e, conseqüentemente, despertando uma nova identidade, uma vez que não detemos identidades estáveis, elas se reconfiguram a partir de nosso contato com outras culturais e ideologias. Nas sociedades modernas é bastante recorrente encontrarmos seres reais, que se transformam como a personagem da narrativa aqui investigada. No excerto a seguir, vamos avistar, mais uma vez, a ideia de uma identidade feminina apartada dos princípios comportamentais que ressoam na sociedade:

Multiplicar o meu amor, eu disse. De repente parecia-me natural e inevitável que amor só pudesse gerar mais amor, e que em nada te defraudaria, abrindo a outro Ele todo um espaço no meu coração, do qual não necessitavas: espaço recém-criado. Eu continuaria te amando como te amava, talvez mais, te perdoando como te perdoava, te construindo. E crescendo eu também, no conhecimento de ti, de mim. Em nenhum momento pensei que não dividiria contigo a novidade daquele amor a mais, que em mim acontecera: água fresca e transparente. (FERREIRA, 2016, p. 82.)

Destaquemos o comportamento subversivo da personagem. Observemos que ela é transpassada pelo destemor e indiferença a tudo que a Igreja ao longo dos séculos tentou qualificar como conduta apropriada a uma mulher. Sobre essa interferência religiosa, Maria Homem (2019, p. 11) diz que “A diferença ‘natural’ e ‘fixa’ entre dois sexos só pode existir como consequência da ideia de uma criação divina, de um garantidor quase teológico”. A Igreja fixou as diferenças, pautando-se na ideia do Criacionismo, na qual é dito que a mulher foi criada a partir da costela masculina. Essa história segue coibindo mulheres de fazer ressoar suas vozes e desejos de mudança. Mas a personagem não se reprime, ela não só vive intensamente a sua nova história amorosa, como tem autoconfiança o bastante para relatar ao seu companheiro de extensos anos a respeito do surgimento de um novo amor. Mas esse relato não é aceito como era esperado:

Por causa do pudor que te assaltava às vezes ao falar de ti, do que sentias, deixaste cerrados compartimentos que talvez pudessem clarear minha luminosidade. E talvez então nos pudesse ter sido poupada a experiência de ruptura que logo vivemos, e que veio pôr em questão o próprio modo como a gente se relacionava. Ciúme, sensação de ter sido deixado atrás, esse quinhão dos seres ordinários que aceitam viver um amor penetrado de ideologias, marcado pelos papéis moral e socialmente delimitados, que se desempenham sem muito questionamento? (FERREIRA, 2016, p. 84.)

Percebamos o quanto essa figura feminina possui uma voz empoderada, ao não temer ser subjugada pelos seus atos, pelo contrário, quando seu antigo

companheiro decide partir, ela chega a questionar a maneira como construíram sua história. Uma relação impregnada por princípios sociais, pelo silenciamento feminino, diante dos sumiços repentinos dele, de uma resiliência que perpassava pela personagem, mas nunca o seu companheiro. Mas a partida do antigo companheiro por mais que tenha provocado sofrimento, um sentimento que não perdurou. Ela decidiu contatar aquele moço, o “Ele” que se atravessou na frente do “Eu e do Tu” e que trouxe vida a mais para seus dias e uma juventude que parecia já não acompanhá-la. Como podemos contemplar na passagem a seguir:

Semanas hesitei. E não apenas porque tu já existias em mim, porque eu já era possuidora de teu corpo, ele entre mim e o espaço do mundo. Eu queria amá-lo além do corpo que o envolvia e talvez evitar: o deslumbramento experimentado por minhas mãos quando percorriam, maravilhadas, aquele corpo, redescobrimo-me menina. (FERREIRA, 2016, p. 89.)

Percebamos que esse “Eu” protagonista encara o corpo masculino como um veículo a ser explorado em prol do divertimento e da realização feminina, mais uma vez nos deparamos com uma inversão de papéis aceitáveis socialmente, já que o homem em sua maioria, alocou a mulher no espaço da objetificação, um ser amorfo, passivo com a função de satisfazer carnalmente o gênero masculino, sem expressar gostos ou desejos. A construção identitária feminina (baseada na cultura) a transporta para um *locus* de inércia e servidão. As mulheres foram ensinadas a permitir que os homens conduzam suas vidas e seus corpos, porque através de um discurso biológico foram condicionadas a se enxergarem mais frágeis, delicadas e de parca inteligência. Seguindo com essa construção identitária por toda vida, mas essa identidade fixa, só beneficia o sistema patriarcal; ninguém é beneficiado sendo direcionado à submissão. Estamos entranhados em construções sociais que favorecem o opressor e jamais o oprimido. Todas as dicotomias criadas servem ao sistema pautado em ideias androcêntricas, capitalistas e que deseja manter tudo e todos dentro do padrão. Maria Homem (2019, p. 9) comenta que “Masculino/feminino- essa oposição é um dispositivo. Assim como razão/loucura, pobres/ricos, selvagens/civilizados... São todas construções culturais, nenhuma categoria é ‘natural’”.

Pensem nessa construção de identidade de gênero associada às questões biológicas, todavia o nosso corpo e nossos órgãos não devem servir para nos limitar a uma posição social. As identidades precisam ser mutáveis e não intransponíveis para que o indivíduo consiga avançar e não permanecer inerte e submisso dentro do contexto social. Maria Homem (2019, p. 9) ainda comenta que “O problema é se apegar religiosamente à rigidez das paredes e a arquiteturas fixas. Afinal, a arquitetura humana

é, ou deveria ser, sempre fluida. Somos seres pensantes e criativos, e felizmente podemos modificar nossas formas de enxergar o mundo”. Porém só as mulheres como a personagem da obra analisada conseguem ir além do enquadramento construído pelas ideias de homens. É necessário ter um corpo liberado, fluido, desprendido de ideias injustificáveis.

Em outra passagem avançamos em nosso entendimento sobre o motivo pelo qual a personagem é vista como dotada de um corpo liberado. Lemos em Ferreira (2016, p. 90) “Por que complicar as coisas? Respondia a mim própria”. “Por que não viver essa delicada eternidade que há no momento em que se ama, e amar no instante, no fugaz presente e nele viver várias vidas?”. Esse corpo não está preocupado com as convenções sociais, mas em viver cada momento intensamente doando amor, recebendo amor, porque não há outro caminho além do amor. É sobre esse sentimento que o livro fala em todo o seu desenvolvimento; sobre escolher o amor e se apartar do paradigma social. Aproximando-se assim, muito mais de nosso próprio “Eu”, que é a maneira como a personagem principal é nomeada, e que faz a obra englobar tantas outras vidas, vidas reais, de homens e mulheres que escolheram o amor em toda a sua abrangência e não ficaram presos aos conceitos e opiniões daqueles que estão na conjuntura para servir.

Por fim, nos deparamos com outra inversão de papel social. Estamos acostumados a ouvir relatos de mulheres que perdoaram a traição de seus esposos, mas raramente de um homem que decidiu perdoar uma mulher, pelo contrário, muitos preferem ceifar a vida de sua companheira, do que perdoar uma prática tão comum entre os de seu gênero. Mas em *Muito Além do Corpo* (2016), a narrativa se difere e nos leva a questionar sobre a construção identitária tanto feminina quanto masculina, porque o homem foi criado para não chorar e não expressar sentimentos, como se isso manchasse a sua ideia de “honra”; já as mulheres foram ensinadas a ser resilientes, sensíveis e capazes de perdoar os desmandos e os assédios masculinos. Identidades que não são maleáveis e que precisam seguir dessa maneira. Mas partimos para o excerto de Ferreira (2016) que inicia assim:

Disseste:

-Eu soube.

Indiquei com o olhar a cadeira ao lado, que talvez não tivesse feito senão te aguardar.

Disseste:

-Eu vim.

Tua mão buscou a minha. Aproximei minha face de ti, teu beijo vinha de longe.

- Queria teu perdão, falaste.
 -Te amo, respondi. (FERREIRA, 2016, p. 115.)

O que vemos nesse trecho é a presença de um homem que tem consciência de seus erros perante a mulher, que olhou para dentro de si, e não para o que a sua antiga companheira fez no meio do caminho, uma vez que não podemos agir como juízes das atitudes do outro, mas nos melhorarmos enquanto indivíduos. É relevante destacar esse perdão masculino na narrativa, em virtude que ao longo da história nos deparamos com homens que diante do adultério feminino extinguem as vidas de suas esposas, companheiras de toda uma vida, e até pouco tempo, ainda era possível conseguir na Justiça argumentar que matavam pela “própria honra”. Se nos voltarmos para a jurisprudência, vamos nos deparar com crimes que foram considerados hediondos, porque os homens que ceifaram a vida de mulheres conseguiram justificar as mortes com a ideia misógina da defesa da honra que culpabiliza a vítima, quando esta é uma mulher, e que retira dos ombros masculinos o peso de seus atos atrozes. Para tanto, utilizava-se o artigo 27 do Código Penal de 1940 e que diz no § 4º “Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de cometer o crime”. Por meio desse inciso, era considerado ilícito os crimes cometidos por indivíduos que se encontravam em total estado de desequilíbrio emocional. Sobre essa questão, Silvia Pimentel, Valéria Pandjarian e Juliana Belloque (2006) comentam que,

É nos chamados “crimes de honra” e, em geral, em casos de agressões e homicídios contra mulheres, praticados por seus maridos, companheiros, namorados ou respectivos ex – sob a alegação da prática de adultério e/ou do desejo de separação por parte da mulher – que a discriminação e violência contra as mulheres ganha máxima expressão. (PIMENTEL; PANDJIARJIAN; BELLOQUE, 2006, p. 80.)

Infelizmente, ainda encontramos casos de absolvição de homens que se valeram desse artigo ultrapassado e machista, que abandona e silencia a mulher. Inclusive, podemos citar um caso que ocorreu no ano de 2016, em Minas Gerais, quando um homem tentou assassinar sua ex-companheira, e mesmo assim, foi absolvido se valendo da defesa da honra. A sociedade patriarcal segue pregando a ideia de que um homem traído é um homem sem honra, esquecendo que retidão perpassa pelos próprios atos masculinos e não pelo *Outro* (a mulher), que continua sendo silenciado de forma tão pungente e impiedosa. Importante frisar, que só neste ano, o STF proibiu a utilização da legítima defesa da honra por réus que são acusados de feminicídio, isto é, uma justificativa intolerável e obsoleta que seguia sendo usada

até pouco tempo e só mostra o quanto precisamos avançar no debate de gênero. A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se tornou uma importante ferramenta de prevenção e coibição da violência doméstica no país.

A partir da leitura do conteúdo do site *Instituto Maria da Penha*, a lei foi baseada na história de Maria da Penha Maia Fernandes, nascida em Fortaleza, em 1945, que foi vítima de duas tentativas de homicídios por parte de seu esposo. Primeiro ele deu dois tiros em suas costas, enquanto dormia, o que a levou a ficar paraplégica, depois ao retornar para casa e não ter conseguido colocá-lo na prisão por seu delito, ele tentou eletrocutá-la durante o banho e a manteve em cárcere privado por 15 dias. Diante de tanta violência, Maria da Penha foi atrás de justiça e lutou durante anos até que seu agressor fosse de fato punido. O que só foi resolvido quando o caso ganhou abrangência internacional. A lei surge, exatamente, da omissão do Estado e da falta de proteção feminina diante de casos de violência.

Encontrar no livro analisado uma postura masculina que não é comum na sociedade, é receber um lampejo de esperança da escritora, que nos leva a vislumbrar uma modificação no sistema patriarcal. É imaginar um mundo em que mulheres já não estejam sob o domínio patriarcal, mas que todos convivam em igualdade e liberdade para decidir sobre seus corpos e suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise do *corpus* de nossa pesquisa, constata-se a manipulação corporal feminina. Corpos como veículos de prisão são instituídos pela conjuntura social, que se volta para concepções androcêntricas. Alocando as mulheres no espaço da sujeição e vistas como possuidoras de corpos objetificados.

É importante pensar sobre essa construção histórica em torno da forma corporal feminina, que só está de acordo com o paradigma social, se for sensível, demonstrar fragilidade; com medidas diminutas, apresentar recato e passividade, sobretudo diante do gênero masculino. Essa situação não foi uma imposição biológica, mas um produto social, quem realmente impôs essa condição feminina foi a sociedade, que com seus mecanismos, instituições que trabalham para reforçar essa estrutura, conduziram as mulheres para o espaço da dependência e silenciamento.

Mulheres vistas como seres demoníacos, dotadas de corpos, que segundo a Igreja, são formas corporais pecaminosas, devendo estar escondidas dos olhos masculinos para não levá-los a pecar. A Eva, encarada como a culpada pela expulsão do homem do paraíso. Foi instituída uma culpabilização ao gênero feminino e uma isenção de pecados e erros masculinos de maneira injustificável e descabida. O peso colocado sobre os ombros femininos não pertence às mulheres, é um peso forjado pela sociedade masculinista e disseminado pelas instituições que servem a essa conjuntura. Bruxas, porque não seguiram os ideais patriarcais, e ousaram reconstruir a própria trajetória distante de um lugar imposto socialmente. Foram chamadas de bruxas porque subverteram as instituições e não aceitaram carregar um peso criado pelos homens para controlar e subjugar todas as mulheres do mundo.

O livro *Muito Além do Corpo* reconfigura a ideia corporal feminina vigente. Na narrativa nos deparamos com uma voz subversiva, porque a história é contada por uma personagem que possui um elevado grau de autoconhecimento e reflexão sobre a vida e suas configurações sociais. Dotada de um corpo liberado, porque não há vestígios de amedrontamento, ou culpabilização diante de suas próprias escolhas, de aceitar todas as surpresas e felicidades acarretadas pelos momentos que

a vida lhe apresenta. Aquela mulher, referenciada apenas pelo pronome do caso reto “Eu”, possui uma intensa vontade de aproveitar seu corpo em sua totalidade, um corpo que já não é refém dos desmandos patriarcais, um corpo liberado do aprisionamento físico e psicológico a quais estão assujeitadas tantas mulheres pelas áreas urbanas e rurais. Aquele corpo era o caminho para o descobrimento e redescobrimto de si, sem chaves ou fechaduras, aberto ao inesperado da existência.

A escritora Luzilá Gonçalves Ferreira segue contribuindo para o alargamento do debate sobre as questões de gênero. Suas personagens emancipadas, dotadas de destemor e autoconhecimento nos fazem repensar sobre todas as mocinhas das novelas e princesas dos contos de fadas que nos foram apresentadas ao longo de nossas vidas. Mocinhas, ingênuas, enganadas facilmente; princesas passivas que nada fazem para se salvar, necessitando sempre de um príncipe para lhes resgatar. Histórias que agradam muitos homens com a ideia do “sexo frágil” e diminuem o poder das mulheres sobre suas próprias vidas. Luzilá Gonçalves desconstrói padrões masculinistas ao nos apresentar personagens femininas fortes e através de seus escritos nos traz um significativo lembrete: só vocês poderão se salvar. A salvação vem do seu interior e não do exterior, não de outrem. A felicidade tem que partir de vocês.

Esperamos que esse escrito reverbere e se faça útil para todos compreenderem a significância da forma corporal na construção identitária de um indivíduo e o quanto o corpo pode promover situações de subserviência e silenciamento, até mesmo diante de violências; mormente o gênero feminino que foi ensinado a ocultar as marcas de suas amarguras. Nos apetece que com essa pesquisa as mulheres, assim como a personagem da obra, percebam seus corpos como caminho de libertação, e não aprisionamento, como o sistema espera de todas. Que tenhamos corpos empoderados e vozes subversivas para ampliar espaços de luta e resistência.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: _____. Vários Escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- Aruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEAUVOUR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, Michael. **A dominação masculina**. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011, 254p.
- DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.
- DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: v. 17, n. 49, p. 151-172, 2009.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades**: ensaios. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2005.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves. **Muito Além do Corpo**. Recife: Cepe, 2016
- FLORESTA, Nísia. In: Duarte, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Massangana, 2010.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. 200. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.).

Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha?** Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Último acesso em 26 de fevereiro de 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VAREJÃO, Adriana [et al]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2019.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras**: Malleus Maleficarum. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOPES, Maria Suely de Oliveira. **A escrita de Luzilá Gonçalves Ferreira**: um estudo de metaficção historiográfica. Recife: O Autor, 2013.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 42, janeiro-junho de 2014.

MACIEL, Anamélia Dantas. **Autobiografia e memória**: uma comparação entre as obras *Historie de ma Vie* e *Voltar a Palermo*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

NETO, Moises Monteiro de Melo. **Literatura em Pernambuco**. Arte, Política, e Afetividades Contemporâneas. Recife, 18 de maio de 2018.

No tempo frágil das horas. **Rocco**, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.rocco.com.br/livro/no-tempo-fragil-das-horas/>. Último acesso em 11 de setembro de 2021.

PATU, Antje Schrupp. **Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano**. São Paulo: Blucher, 2019.

PLATÃO. **Fédon**: a imortalidade da alma. Livro de domínio público. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 1973.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. “Legítima defesa da honra”: ilegítima impunidade dos assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 65-134, 2006.

Quem é Maria da Penha? Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Último acesso em 26 de fevereiro de 2022.

ROCHA, Karine. Luzilá Gonçalves e a arte de criar vidas. **Revista Fafire**. Recife, v. 8, n. 1, p. 107-117, jan/jun. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: publicação independente, 2019.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. Francisca Senhorinha da Mota Diniz e a inserção das mulheres no espaço público: imprensa, educação e feminismo no Brasil oitocentista. In: Assis, Maria Elisabete Arruda de; Santos, Taís Valente dos (Org.) **Memória feminina**: mulheres na história, história de mulheres. Recife: Massangana, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. 1. ed. São Paulo: Lafonte, 2020.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Voltar a Palermo. **Rocco**, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.rocco.com.br/livro/voltar-a-palermo/>. Último acesso em 11 de setembro de 2021.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.